

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

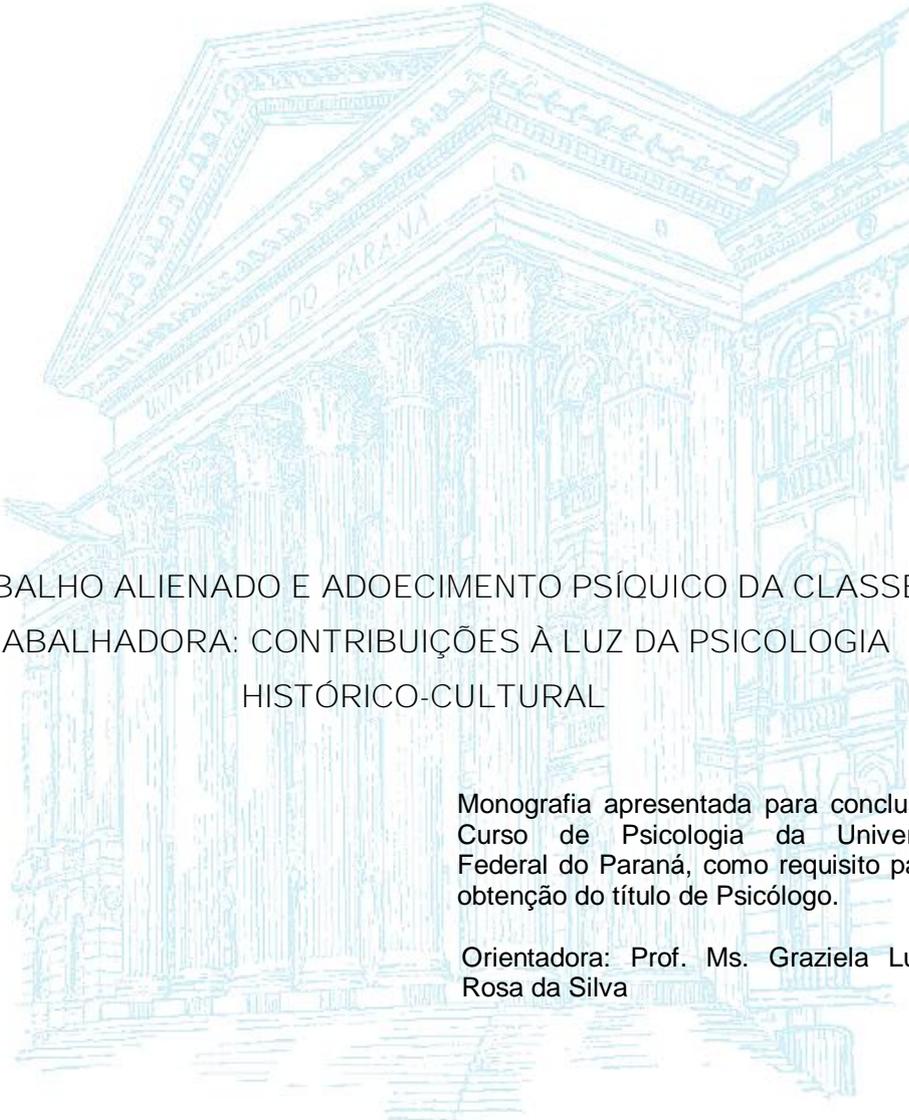
RENATA JACINTHO SIQUEIRA DE MORAES

TRABALHO ALIENADO E ADOECIMENTO PSÍQUICO DA CLASSE  
TRABALHADORA: CONTRIBUIÇÕES À LUZ DA PSICOLOGIA  
HISTÓRICO-CULTURAL

CURITIBA

2009

RENATA JACINTHO SIQUEIRA DE MORAES



TRABALHO ALIENADO E ADOECIMENTO PSÍQUICO DA CLASSE  
TRABALHADORA: CONTRIBUIÇÕES À LUZ DA PSICOLOGIA  
HISTÓRICO-CULTURAL

Monografia apresentada para conclusão do  
Curso de Psicologia da Universidade  
Federal do Paraná, como requisito parcial à  
obtenção do título de Psicólogo.

Orientadora: Prof. Ms. Graziela Lucchesi  
Rosa da Silva

CURITIBA

2009

RENATA JACINTHO SIQUEIRA DE MORAES

TRABALHO ALIENADO E ADOECIMENTO PSÍQUICO DA CLASSE  
TRABALHADORA: CONTRIBUIÇÕES À LUZ DA PSICOLOGIA  
HISTÓRICO-CULTURAL

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Psicólogo com bacharel em Psicologia no Curso de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora.

Orientadora:

Prof<sup>a</sup>. Ms. Graziela Lucchesi Rosa da Silva  
Departamento de Psicologia, UFPR

Prof. Dr. João Henrique Rossler  
Departamento de Psicologia, UFPR

Prof<sup>a</sup>. Ms. Melissa Rodrigues de Almeida  
Departamento de Psicologia, UFPR

Curitiba, 3 de Dezembro de 2009.

*Dedico este trabalho aos homens e mulheres da classe trabalhadora  
que se entorpecem para poder suportar o  
insuportável .*

## AGRADECIMENTOS

À Prof.<sup>a</sup> MS. Graziela Lucchesi Rosa da Silva. Pessoa por quem tenho grande admiração, pela maneira profundamente competente e leve de ensinar, e por todo conhecimento dividido nessa trajetória.

À Prof.<sup>a</sup> MS. Melissa de Almeida. Pela prontidão de toda ajuda teórica e pela amizade.

Ao Prof. Dr. João Henrique Rossler. Pelos ensinamentos sobre a Psicologia inserida no mundo do trabalho sempre sérios e bem humorados.

Aos companheiros e militantes do NUPEMARX, que contribuíram para minha compreensão da teoria Marxista e concretude das contradições da realidade.

Aos discentes, servidores e docentes da UFPR, em especial aqueles que batalharam ao longo da história e possibilitaram que nossa universidade resistisse à lógica privatizante tão presente em nossos tempos.

Aos meus pais e a toda minha amada e animada família pelo apoio, respeito e amor a mim dedicados todos esses anos.

Ao Bernardo, por todo amor, companheirismo, carinho e cuidado a mim dedicados.

Às minhas amigas de “infância”: Carol, Carolzinha, Ciça, Fer, Dani e Maxé.

Aos meus queridos amigos César, Ju, Lelê, Mariah, Rhay, Remom e Veri pelo compartilhamento das angústias, felicidades, e sonhos, com o compromisso de uma Psicologia implicada na emancipação humana.

Aos companheiros e companheiras do CAP e do Coletivo Barricadas pela militância intensa na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Aos valorosos camaradas do *Coletivo Socialismo e Liberdade*, com quem partilho cotidianamente a práxis militante, e a luta revolucionária pelo fim de nossa *pré-história*.

## Os ninguéns

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, mas dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, e sim folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na historia universal, e aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Eduardo Galeano

## RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de investigar pelas bases da Psicologia Histórico-Cultural e do materialismo histórico-dialético as causas do adoecimento psíquico da classe trabalhadora. A pesquisa consistiu no estudo da categoria trabalho na perspectiva ontológica, como constituinte do sujeito, o que contribuiu para o entendimento do desenvolvimento do homem como ser social e histórico bem como o psiquismo humano conseqüente dessa atividade. Pesquisou-se também a gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista, a divisão social e técnica do trabalho, a apropriação privada dos meios de produção e o surgimento da burguesia e do proletariado, o que contribuiu para a compreensão de como o trabalho se manifesta nesta sociedade. No intuito de aprofundar a investigação do trabalho no capitalismo estudou-se a categoria alienação, a determinação do trabalho alienado no psiquismo humano e a relação deste com o adoecimento psíquico da classe trabalhadora, compreendendo a dimensão e conseqüências psicológicas do trabalho alienado. Apontou-se nesse sentido, os avanços e limites da atuação da ciência psicológica nesta área. Com o intuito de averiguar a teoria estudada no decorrer da pesquisa desenvolveu-se um paralelo entre esse estudo e uma experiência de estágio feita em um CAPS AD, com um grupo de trabalhadores a partir da fundamentação da Psicologia Histórico-Cultural. Percebeu-se no caminho desse estudo a importância de se considerar a categoria trabalho como central no desenvolvimento do psiquismo, de modo a compreendê-lo em seu sentido social e histórico bem como seu adoecimento. Pode-se apontar deste modo, que a contextualização dessa categoria, bem como de toda sociedade capitalista, pode possibilitar a ciência psicológica a compreensão dos fenômenos psíquicos como frutos da materialidade do entorno social, o que auxilia na desnaturalização e não individualização dos problemas psíquicos.

Palavras chave: Psicologia Histórico-Cultural, Trabalho, Adoecimento Psíquico.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O TRABALHO COMO CATEGORIA ONTOLÓGICA E O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	16
2.1 O TRABALHO COMO ATIVIDADE FUNDANTE DO GÊNERO HUMANO.....	16
2.2 A ESTRUTURA ECONÔMICA DA SOCIEDADE CAPITALISTA: CISÃO ENTRE TRABALHO E TRABALHADOR.....	24
3 ALIENAÇÃO E ADOECIMENTO PSÍQUICO: COMPREENSÃO DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL DESSE PROCESSO.....	34
3.1 O PROCESSO DE ALIENAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: FUNDAMENTOS PARA O ADOECIMENTO PSÍQUICO DA CLASSE TRABALHADORA.....	35
3.2 AS BASES CONCRETAS DO PROCESSO DE ADOECIMENTO PSÍQUICO DA CLASSE TRABALHADORA NA SOCIEDADE CAPITALISTA: IMPLICAÇÕES À PSICOLOGIA.....	42
3.3 O TRABALHO ONTOLÓGICO E O TRABALHO ALIENADO: IMPLICAÇÕES PARA PSICOLOGIA NA ATUALIDADE.....	47
4. A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E O ADOECIMENTO PSÍQUICO DO TRABALHADOR: UMA EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA COM TRABALHADORES, EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS (CAPS AD).....	58
4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS ENCONTROS: A PRÁXIS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.....	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	78

## 1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, há uma grande demanda à ciência psicológica em lidar com eventos referentes a relação trabalhador e mundo do trabalho, em especial com o adoecimento psíquico dos trabalhadores. Entretanto, a interface da psicologia com o trabalho, não tem origem no momento presente, mas sim, remonta ao início do modo de produção capitalista.

É durante o desenvolvimento do capitalismo, no fim do século XIX e início do século XX, que a psicologia surgiu, dentre outras finalidades, para atender e auxiliar nas indústrias, com técnicas e artifícios na gestão das fábricas que tinham o objetivo de contribuir com a exploração dos trabalhadores, visando aumentar a produtividade nas indústrias, mesmo que em detrimento da exaustão e da saúde dos trabalhadores (ZANELLI, BORGES-ANDRADE, BASTOS, 2004; MORRONE, 2001)<sup>1</sup>.

A psicologia nesse período, no contexto do trabalho<sup>2</sup>, preocupava-se fundamentalmente com o desenvolvimento de teorias e práticas voltadas prioritariamente ao atendimento dos interesses econômicos das empresas. A partir de uma prática de treinamento, seleção com testes psicológicos, artifícios de motivação, estratégia de metas, entre outros, a psicologia organizacional desenvolveu, ao longo de sua história, diversas técnicas que fez e faz com que contribua como ciência na gestão do capital sob a classe trabalhadora (MORRONE, 2001).

Desta maneira, a psicologia, nos moldes de uma ciência burguesa, acompanhou as mudanças no mundo do trabalho (taylorismo, fordismo e toyotismo) e moldou-se de acordo com essas alterações, contribuindo para que o trabalho fosse progressivamente mais alienante, que a identidade do trabalhador estivesse mais ligada a sua exploração, e, como consequência, que sua subjetividade fosse cada vez mais empobrecida e distante do gênero humano (NAVARRO & PADILHA, 2007).

---

<sup>1</sup>Por não ser o objetivo, nesse estudo não nos aprofundaremos na temática da história da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Para conhecer mais ver em *Psicologia, organizações e trabalho*, Zanelli, et al (2004).

<sup>2</sup> O termo psicologia no contexto do trabalho refere-se à conceituação feita por Freitas (2002) para designar os diferentes enfoque presentes nessa sub-área da Psicologia: Psicologia Industrial, Organizacional e do Trabalho.

Assim, a partir do desenvolvimento de novos padrões de acumulação do capital, com mudanças nas formas de organizar a produção e no próprio trabalho, a psicologia buscou intervir nesse contexto, de maneira distinta, a fim de se adaptar as novas necessidades.

Os psicólogos inseridos no contexto de pós-segunda guerra mundial, nos anos 40, do *"welfare state"*, e do avanço do socialismo na União Soviética, fez aumentar o número de profissionais interessados em estudar de fato o adoecimento que as práticas das empresas, em sua gestão administrativa, produziram nos trabalhadores (ZANELLI, et al, 2004; MORRONE, 2001).

Deste modo, apesar de sua tradição anterior nas organizações, a ciência psicológica, defrontou-se a partir dos anos 40, tendo como ápice a década de 80, com a necessidade de estudar a relação entre o trabalho e a saúde, que se apresentou, desde então, recorrente em muitos trabalhos, pesquisas e intervenções da psicologia social, do trabalho e organizacional, no enfoque da saúde do trabalhador, sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas (JAQUES, 2003; VASCONCELOS & FARIA, 2008).

Nesse sentido, a Psicologia do trabalho, preocupada com o trabalhador, como sub-área de atuação e conhecimento foi desenvolvendo-se. Esse enfoque veio com uma resposta crítica à dura exploração do capital sobre a classe trabalhadora. Originou-se fundamentada pela Psicologia Social, que no Brasil se inseriu em um período de intensas lutas sindicais e populares, como por exemplo, a reforma sanitária e psiquiátrica, a nova constituição, e a redemocratização do país (AMARANTE, 1995).

Esse interesse, segundo Jacques (2003), se deu em parte pelo crescente número de transtornos mentais decorrentes do trabalho, presentes em dados oficiais e não oficiais. Pensando em estatísticas atuais, o Ministério da Saúde do Brasil (2001), apontou que, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), que os chamados transtornos mentais acometeriam cerca de 40 a 45 % dos trabalhadores ocupados, ou seja, que estavam empregados. No Brasil, esses dados demonstram semelhanças, já que segundo o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), em 2006, o custo com auxílio doença para quem sofria de transtornos mentais e relacionados ao estresse foi de R\$ 90 milhões. Ainda, referentes apenas aos trabalhadores com registro formal, os transtornos mentais ocuparam a 3ª posição entre as causas de concessão de

benefício previdenciário como auxílio doença, o afastamento do trabalho por mais de 15 dias e aposentadorias por invalidez (MELLO, 2008 *apud* VASCONCELOS & FARIA, 2008; MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001).

De acordo com dados divulgados pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), entre os anos de 2000 e 2005 foram registrados 114.789 casos de doenças relacionadas ao trabalho e pesquisas do Laboratório de Saúde do Trabalhador da Universidade de Brasília (UNB) demonstraram um aumento de 260% do número de afastamentos por doenças mentais entre os anos de 2000 a 2006. Atualmente, cerca de 83 mil brasileiros se afastam todo ano, do trabalho, por problemas de saúde mental (FUNDACENTRO, 2007 *apud* VASCONCELOS & FARIA, 2008).

A intensificação da precarização do trabalho em muitos casos está associada principalmente à reestruturação produtiva do capital e ao processo de terceirização, a partir da década de 70, e chamam a atenção para o fato de que os agravos à saúde acabam por ser naturalizados e passam a ser vistos como meras conseqüências decorrentes do trabalho imediato (NAVARRO, 2003; ELIAS & NAVARRO, 2006).

Os estudos atuais da área da Psicologia Social, Psicologia do Trabalho e Psicologia Organizacional com o enfoque da saúde do trabalhador, trazem essa temática de diferentes maneiras e entendem a relação entre trabalho e adoecimento psíquico através de várias perspectivas. Em sua maioria, apontam o aumento do número de casos de pessoas com sofrimento psíquico<sup>3</sup> e o relacionam com a alta pressão social e psicológica pela qual os trabalhadores estão expostos e apontam que as difíceis condições de trabalho e de vida também podem estar relacionadas com psicopatologias como depressão, angústia, estresse, dentre outras (BORSOI, 2007; BRANT & MINAYO-GOMÉZ, 2007; VASCONCELOS & FARIA, 2008; SALIM, 2003; JAQUES, 2003; MERLO & LAPIS, 2007; BORGES & MARTINS, 2004).

---

<sup>3</sup> Nesse estudo os termos sofrimento psíquico e adoecimento psíquico não serão diferenciados. Contudo, entendemos que o sofrimento psíquico está contido no adoecimento psíquico causado pelas relações alienadas de trabalho na sociedade capitalista. Pretendemos aprofundar o estudo desta questão em futuras pesquisas.

É nesse contexto, com as reformas sanitária e psiquiátrica<sup>4</sup> que se iniciou uma mudança no paradigma de atenção a saúde mental. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) surgiram como uma proposta para rede de saúde pública, de maneira inovadora, concomitante com a inserção dos profissionais de psicologia nesse campo de atuação.

A idéia e necessidade de substituição do antigo modelo asilar/manicomial por um serviço mais humanizado, emancipador e eficaz vem justamente dos trabalhadores dessas instituições, que constatavam cotidianamente o quão cronificador e alienante eram os tratamento exclusivamente medicamentosos aliados aos internamentos. É a partir desse momento que se torna mais clara a importância dos profissionais como técnicos de cuidado e a psicologia passa a ser uma área de fundamental importância para a compreensão dos processos de sofrimento psíquico e também para saúde do trabalhador (AMARANTE, 1995)<sup>5</sup>.

Inicialmente a Psicologia do Trabalho inserida nessa discussão, ganha força nos meios acadêmicos e busca romper com os modelos tradicionais de compreender o mundo do trabalho, tentando denunciar, muitas vezes, o sofrimento psíquico produzido pelas relações de trabalho (FREITAS, 2002).

Como exemplo, Jacques (2003) aponta que haveriam quatro amplas abordagens psicológicas no âmbito da saúde/doença mental e trabalho, tendo como intersecção a Psicologia em especial a Psicologia Social. Acreditou-se ser importante a inclusão desse estudo em nosso trabalho não exatamente pelas diferenciações e classificações em si da autora, mas sim pelo levantamento que apresenta das teorias e métodos utilizados pela psicologia no momento para compreender a saúde mental e o adoecimento psíquico, de

---

<sup>4</sup> A reforma psiquiátrica foi definida no Brasil pela Lei 10216 de 2001, Lei Paulo Delgado, que propôs uma diretriz de reformulação do modelo de atenção à saúde mental, do serviço público e privado, que previu substituir o atendimento psiquiátrico hospitalar de internamento, por uma rede de atenção psicossocial, pautada em unidades de serviço comunitário e abertos. Essa Lei foi conquistada através da mobilização de familiares e profissionais da área da saúde, na maioria trabalhadores dos manicômios e hospícios, que teve início na década de 70. A desinstitucionalização consistiu na assistência dos antigos pacientes internados em serviços abertos, fortalecendo a volta desses usuários ao trabalho e a outros espaços sociais que eram anteriormente privados do acesso pela internação. A reforma psiquiátrica brasileira foi impulsionada pela Luta Antimanicomial originada na Itália por Franco Basaglia. Para conhecer mais sobre a reforma psiquiátrica e seus desdobramentos ver Amarante (1995) e Schuhli (2008).

<sup>5</sup> A forma de funcionamento dos CAPS serão melhor explicadas no capítulo 4.

modo a ilustrar o florescimento desse debate acadêmico no âmbito da ciência psicológica.

Jacques (2003) ressaltou que seu trabalho não esgota todas as teorias sobre essa temática, mas busca expor algumas reflexões das que estão mais difundidas no Brasil. Seriam elas: as teorias sobre Estresse, as quais teriam ênfase nos pressupostos cognitivos-comportamentais; a Psicodinâmica do Trabalho, reconhecendo seus fundamentos psicanalíticos na concepção teórica, conceitual, de ciência e de pesquisa; estudos e pesquisas com base no modelo Epidemiológico e Diagnóstico; e as teorias que abordam as pesquisas em Subjetividade e Trabalho, tendo as duas últimas abordagens, segundo a autora, como fundamento a psicologia social histórico-crítica ou sócio-histórica<sup>6</sup>, com prevalência para o diagnóstico psicopatológico ou para as experiências e vivências dos trabalhadores respectivamente. Jacques (2003) aponta que sua diferenciação e classificação das abordagens foi baseada especialmente nos pontos de acordo e desacordo, entre as teorias, com relação à ênfase atribuída ao trabalho no processo de adoecimento mental, como por exemplo, considera-se o trabalho como um desencadeador de doenças, como as teorias sobre estresse, ou como um potencializador de problemas já existentes, como a psicodinâmica do trabalho.

Sobre os fundamentos do materialismo histórico-dialético, compreender as causas do adoecimento psíquico dos trabalhadores demanda a investigação das bases materiais que desencadeiam tal processo. Ou seja, é essencial a análise da estrutura econômica – relações sociais de produção e forças produtivas materiais – da sociedade capitalista para apreensão de determinada forma de organização psíquica.

Neste sentido objetivamos estudar o trabalho como categoria ontológica, constituinte do sujeito, e como se apresenta o trabalho na sociedade capitalista. Esse estudo tratará das bases que constituíram a sociedade capitalista desde seus primórdios, privilegiando a análise e discussão de

---

<sup>6</sup> Ressalta-se que nosso trabalho, apesar de utilizar o método materialismo histórico-dialético não se equivale as duas últimas abordagens apresentadas por Jacques (2003), o que será discutido ao longo do trabalho. Por ora, é importante ressaltar nosso entendimento sobre a importância das teorias apresentadas pela autora para a compreensão da relação entre saúde mental e trabalho, entretanto acreditamos que essas formulações apresentam alguns problemas, haja vista partimos da compreensão do Trabalho como uma categoria ontológica ao ser humano. Isso quer dizer que essa atividade constitui o humano como tal, portanto acreditamos ser fundamental essa compreensão na análise do adoecimento psíquico.

pressupostos que fundamentam o modo de produção capitalista. Nesse sentido, optou-se por não lidar especificamente com as implicações do processo de reestruturação produtiva do capital ocorridas recentemente e os impactos dessas nas relações de trabalho, pois entende-se que as novas nuances e inovações das forças produtivas são uma demanda inerente ao capitalismo, a fim de aumentar a produtividade e intensidade do trabalho.

Ademais, temos o intuito, especificamente, de compreender os processos de alienação presentes nessa sociedade e o entendimento de como ocorre o sofrimento psíquico nesse sistema. Outro objetivo, referente à atuação da Psicologia frente esta demanda, é buscar elementos na Psicologia Histórico-Cultural que auxilie ao enfrentamento dessa situação.

A escolha do tema surgiu de uma experiência de estágio em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e drogas (CAPS AD), devido às dificuldades encontradas nessa atuação, tanto na compreensão da gênese do adoecimento, quanto na forma de intervenção nessa situação. Isto motivou-nos ao estudo, fundamentado no método materialismo histórico-dialético, dos processos de adoecimento psíquico da classe trabalhadora, a fim de entender com mais profundidade a totalidade desse problema e buscar a partir de então formas efetivas de enfrentamento.

A partir dos dados apresentados, das contribuições das teorias expostas anteriormente, e da experiência vivida no CAPS AD é possível pensar em algumas hipóteses com as quais trabalharemos durante a pesquisa: as relações alienadas de trabalho no capitalismo intensificam o adoecimento psíquico dos trabalhadores. Desta hipótese deriva-se outra: que esse sofrimento, não decorre de uma condição natural, de desvio social ou anormalidade, mas fundamenta-se nas condições objetivas de vida que configuram, por sua vez, a subjetividade do indivíduo.

Concentramos nossos estudos em três capítulos. No primeiro capítulo, estudaremos a categoria ontológica trabalho e como o trabalho se apresenta na sociedade capitalista. No segundo capítulo, investigaremos a categoria alienação e faremos a relação com o sofrimento psíquico a partir da Psicologia Histórico-Cultural. Além disso, discutiremos de forma breve, os avanços e limites da investigação da ciência psicológica sobre o tem.. Por fim, no terceiro capítulo, apresentaremos o estudo de uma experiência de estágio,

desenvolvida com um grupo de usuários do CAPS AD, na cidade de Piraquara, região metropolitana de Curitiba, a partir da fundamentação do materialismo histórico-dialético e da Psicologia Histórico-Cultural.

## 2. O TRABALHO COMO CATEGORIA ONTOLÓGICA E O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.

A partir dos pressupostos do materialismo histórico e dialético, entende-se o trabalho como central na formação do gênero humano e na sua constituição psíquica dos indivíduos. Portanto, torna-se essencial a compreensão dessa categoria nos estudos psicológicos e na construção de proposições que auxiliem no enfrentamento dos problemas relacionados ao trabalho e ao adoecimento psíquico.

O objetivo desse capítulo é, primeiramente, discutir e analisar o papel do Trabalho na constituição e desenvolvimento do gênero humano por meio da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada no método materialismo histórico-dialético, teoria que alicerça o presente estudo. E, posteriormente, abordar o trabalho na sociedade capitalista e as implicações desse modo de produção para a classe trabalhadora.

### 2.1 O TRABALHO COMO ATIVIDADE FUNDANTE DO GÊNERO HUMANO

Segundo Marx e Engels (2007), o primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos, isto é, em condições de poderem fazer a história. As necessidades concretas existentes de comida, bebida, moradia, vestimenta, etc., necessárias a sobrevivência, impulsionaram o primeiro ato histórico, ou seja, a produção da própria vida material pelo homem, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades. “O primeiro fato a constar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, a sua relação dada com o restante da natureza” (MARX & ENGELS, 2007, p. 87).

O trabalho, compreendido em seu sentido ontológico é atributo de qualquer sociedade, “é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2008a, p.211). Nessa ação, o ser humano “põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (MARX, 2008a, p.211).

Assim, atuando sobre a natureza externa o homem a modifica enquanto modifica sua própria natureza.

Marx (2008a) explica que o processo de trabalho humano compreende especificidades, que passam por processos materiais diferenciados dos outros animais. Descreve o processo de trabalho humano por meio de três componentes: 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a qual se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.

O primeiro componente, a atividade adequada a um fim, possui dois aspectos. Primeiramente, nessa atividade o homem emprega sua força de trabalho, pondo seu corpo numa relação com a natureza a fim de apropriar-se de seus recursos. O segundo aspecto aponta que esta atividade é teleologicamente orientada, “vale dizer, não é uma atividade cega, aleatória, mas atividade orientada a um fim. Em termos gerais, esse fim é a transformação de um objeto em um produto útil à vida humana” (KLEIN, KLEIN, 2008, p. 6)<sup>7</sup>. Isso significa que em sua atividade o homem realiza os dois momentos do processo de trabalho: o planejamento e a execução, isto é, inicia o trabalho com o projeto mental do produto, com uma noção do resultado de seu trabalho (KLEIN, KLEIN, 2008). Na diferenciação da capacidade teleológica do trabalho humano em relação a atividade animal, Marx (2008a) exemplifica

[...] uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais que um arquiteto ao construir sua colméia. Mas, o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2008a, p. 211-212).

Essa atividade de planejamento idealizado, não está presente nos animais, pois, segundo Leontiev (2004)

---

<sup>7</sup> Klein & Klein (2008) ressalta a diferenciação dos termos “objeto” e “produto” na obra de Marx. Observa que apesar de utilizarmos cotidianamente com o mesmo sentido essas duas expressões, nesse contexto, *objeto* se refere especificamente a matéria-prima, ou seja, o material sobre o qual o homem trabalhará, transformando-o em um *produto*. Assim, *produto*, já é o resultado da transformação do objeto em algo útil a vida humana.

[...] não há atividade animal que não responda a qualquer necessidade estritamente biológica, que ao ser provocada por um agente com uma significação biológica para um animal (...) e cujo último elo da cadeia não esteja diretamente orientado para este objetivo (LEONTIEV, 2004, p. 82).

O trabalho humano é uma atividade originariamente social, calcada na cooperação entre indivíduos que supõe uma divisão social das funções do trabalho, mesmo que embrionária (LEONTIEV, 2004; MARX, 2008a; LURIA, 1991). A divisão do trabalho humano faz com que nem todas as atividades desenvolvidas, por cada indivíduo, atendam em si, imediatamente, às necessidades biológicas individuais. O exemplo clássico de Leontiev (2004) e Luria (1991) sobre o processo de caça primitiva ilustra essa situação. Enquanto um indivíduo assusta o animal, objeto da caça, o outro se localiza no lugar oposto, a sua espreita, para agarrá-lo. A ação isolada de espantar a caça não satisfaz as necessidades biológicas de alimentação e vestuário por si só, ela pode existir somente em um processo de trabalho coletivo, no qual o produto do processo global, responde a uma necessidade coletiva.

Desta maneira, o que possibilita a ligação entre as diversas ações isoladas na certeza de seu fim coletivo, não é outra coisa senão as relações sociais presentes entre os indivíduos refletidos na consciência; “a ligação entre o motivo e o objeto de uma ação não reflete relações e ligações naturais, mas ligações e relações objetivas sociais” (LEONTIEV, 2004, p. 84).

A decomposição de uma ação só é possível de ser realizada supondo que o sujeito que age tenha a possibilidade de refletir psiquicamente sobre a relação existente entre o motivo objetivo da relação e seu objeto, de modo que possa fazer sentido para o sujeito, ou seja, ter um fim consciente (LEONTIEV, 2004). Passa a existir, portanto, de maneira gradual, a separação entre a atividade e o objeto, e começa-se a tomar consciência também deste último para suas relações.

Na produção os homens não agem apenas sobre a natureza. Eles só produzem colaborando de uma determinada maneira e trocando entre si as suas atividades. Para produzir, entram em ligações e relações determinadas uns com os outros e não é senão nos limites destas relações e destas ligações sociais que estabelece a sua ação sobre a natureza (MARX (s/d), apud LEONTIEV, 2004, p. 81).

O segundo elemento necessário ao processo de trabalho é a matéria a qual se aplica o trabalho, o objeto de trabalho. A matéria existe antes e independente da vontade e da ação humana, configurando-se a terra<sup>8</sup> como objeto universal dessa ação. Todas as coisas as quais o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com o ambiente natural constituem objetos de trabalho fornecidos pela natureza (MARX, 2008a).

O terceiro elemento imprescindível ao processo de trabalho são os meios de trabalho. Conforme explicado anteriormente, o trabalho humano desde seu princípio, é marcado não somente pela utilização, ou consumo da natureza para satisfazer suas necessidades, mas sim, pelo fato de ser voltado para a criação de meios que possibilitem essa satisfação. Nas palavras de Marx e Engels, “o primeiro ato histórico é, pois, a *produção dos meios para a satisfação dessas necessidades*, a produção da própria vida material [...]” (MARX E ENGELS, 2007, p. 33, grifos nossos).

Para ocorrer a relação entre o homem e o objeto de trabalho é necessário que ocorra nessa relação uma mediação, ou seja, que exista um meio de trabalho. O instrumental de trabalho (os meios) seriam o complexo de coisas que o trabalhador insere entre si e o objeto de trabalho (MARX, 2008a). Os meios podem ser as propriedades físicas e químicas do objeto atuando como forças sobre o próprio objeto (MARX, 2008a). O ser humano

[...] faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural, apesar da bíblia. A terra, seu celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho (MARX, 2008a, p. 213).

Segundo Leontiev (2004, p. 80), “o trabalho, é portanto, desde a origem mediatizado simultaneamente pelo instrumento (em sentido lato) e pela sociedade”. Nesse sentido, Leontiev (2004) diferencia qualitativamente os instrumentos rudimentares, utilizados pelos animais, dos do homem. Por meio da utilização de instrumentos, o ser humano potencializa suas capacidades

---

<sup>8</sup> Marx (2008a, p. 213) entende a terra como o “celeiro primitivo” da ação humana. Entende a própria terra como meio de trabalho, e as riquezas que dela provém como fundamentais ao desenvolvimento do Homem, desde a pedra, que serve como instrumento, à agricultura como forma de cultivo da terra.

naturais, desenvolvendo para além da sua natureza biológica, uma série de objetos que farão parte do seu corpo inorgânico.

De acordo com o referido autor, a diferença não está apenas no fato dos animais utilizarem os instrumentos com menos frequência que os Homens, nem tampouco pelas diferenças em sua forma exterior, o que devemos analisar é a diferença em relação às atividades em que fazem parte. Por mais elaborado que seja um instrumento animal, que caracterize uma produção de algo novo dentro dos limites rudimentares, jamais será gerador de uma realidade nova para aquele ser ou para sua espécie. Isso ocorre porque são determinadas e delimitadas pelo seu organismo, ou seja, por sua atividade biológica somente (LEONTIEV, 2004).

Assim, a própria preparação dos instrumentos já mudava radicalmente o trabalho primitivo, visto que essa fabricação, por exemplo, a atividade de elaboração de uma pedra, “carece de sentido, e não tem qualquer justificativa em termos biológicos” (LURIA, 1991, p. 76).

Desta maneira, a fabricação e o uso de instrumentos assim como o processo de trabalho podem ser desenvolvidos somente com a consciência de seu fim. O instrumento, de certa maneira, é o portador da primeira verdadeira abstração e generalização humana consciente e racional, ou seja, da primeira forma de atividade consciente (LEONTIEV, 2004; LURIA, 1991). “Por isso, as raízes do surgimento da atividade consciente do homem não devem ser procuradas nas peculiaridades da ‘alma’ nem no íntimo do organismo humano mas nas condições sociais de vida historicamente formadas” (LURIA, 1991, p. 75).

Para que seja possível a utilização de um instrumento sob determinado objeto, é necessário que se abstraia as propriedades do instrumento e daquele objeto (por exemplo: de madeira, de vidro, duro ou maleável, etc.) para que se possa utilizar corretamente determinado instrumento para realizar determinada função.

Os instrumentos tornam-se, portanto, objetos sociais que carregam em si o trabalho social, por terem um certo modo de uso e por serem elaborados no decurso do trabalho coletivo. As relações de trabalho realizadas socialmente estão cristalizadas nos objetos, são conservadas pelo homem e conservam ele próprio o meio de ação que realiza. A relação do homem com o instrumento

cria novas operações em cada uso, modificando a natureza, os meios e o próprio homem. Assim, o conhecimento humano mais simples, que se realiza na ação concreta do trabalho com a utilização de instrumentos, não se limita a experiência pessoal de um indivíduo, mas se realiza na base da experiência e da prática social (LEONTIEV, 2004).

A satisfação das necessidades primeiras – ação de satisfazê-las em conjunto com os meios desenvolvidos para tal – conduziu o homem a novas necessidades. Desta maneira, o homem ao produzir os meios necessários a sua sobrevivência, produz uma realidade humana na natureza e humaniza a si próprio. Ao se apropriar da natureza para transformá-la, o homem objetiva-se nessa transformação, modifica a si mesmo nessa ação. Por conseguinte, essa atividade humana objetivada, ou seja, concretizada em um produto, passa a ser também objeto de apropriação pelo homem novamente, isto é, deve se apropriar daquilo que de humano ele criou (DUARTE, 1993).

Assim, o desenvolvimento histórico da vida humana se dá pela contínua transformação da natureza e apropriação dos objetos desenvolvidos, que por sua vez, alavanca reiteraões dos objetos físicos e espirituais. Esse movimento “gera, na atividade e na consciência do homem, novas necessidades e novas forças, faculdades e capacidades” (DUARTE, 1993, p. 35).

O trabalho coletivo atua de forma concreta no desenvolvimento do corpo e do psiquismo humano. Logo no início da sociedade humana a partilha entre os diversos participantes do processo de produção, que anteriormente era único, produz uma profunda e radical mudança da própria estrutura da atividade dos indivíduos que participam do processo de trabalho (LEONTIEV, 2004; LURIA, 1991).

Luria (1991) explica que a influência do ambiente com o trabalho humano na transformação da natureza e não em sua simples adaptação a ela exige do homem um controle de seu comportamento que o permite dominar a natureza e subordiná-la a seus fins. Nesse sentido faz com que o comportamento seja social não somente em seu conteúdo, mas também em seus mecanismos, seus meios. “Ao invés de memorizar imediatamente algo de particular importância, o ser humano desenvolve um sistema de memória associativa e estrutural; desenvolvem-se a linguagem e o pensamento, surgem

as idéias abstratas e criam-se inúmeras habilidades culturais e meios de adaptação [...]” (VIGOTSY & LURIA, 1996, p. 62).

Nesse sentido, o uso de instrumentos, torna-se ao homem requisito psicológico para o exercício do trabalho. Vigotski (2004) por analogia aos instrumentos técnicos, propõe a denominação de ferramentas ou instrumentos psicológicos aos signos devido ao papel que desempenham na medição do trabalho e na constituição, portanto, do psiquismo humano. Assim, no processo de trabalho o homem desenvolve além dos instrumentos técnicos, instrumentos psicológicos que reequipam as funções psicológicas, tornando-as superiores, como o pensamento, a memória, atenção, entre outras (LURIA, 1991).

O autor exemplifica os instrumentos psicológicos e seus complexos sistemas com “a linguagem, as diferentes formas de numeração e cálculo, os dispositivos mnemotécnicos, o simbolismo algébrico, as obras de arte, a escrita, os diagramas, os mapas, os desenhos” (VIGOTSKI, 2004, p. 93-94) e todo tipo de signos.

Os signos, ao inserirem-se no processo de trabalho, modificam de forma global a evolução e estrutura das funções psíquicas superiores, e suas propriedades determinam a configuração do novo ato instrumental da mesma forma que o instrumento técnico altera o processo de adaptação natural e determinadas formas das operações de trabalho (VIGOTSKI, 2004).

Vigotski (2004) deixa claro que os atos artificiais (instrumentos psicológicos) têm o mesmo processo em sua criação dos instrumentos técnicos. Mostra que o trabalho social, ou a forma conjunta de atividade prática, faz surgir forçosamente no homem à necessidade de se transmitirem informações. Essa atividade de comunicação, ao longo da história primitiva, se objetivou em processos que geraram a linguagem (LURIA, 1991). A linguagem por sua vez possibilitou ao homem o desenvolvimento do psiquismo como um todo, o que se objetivou em formas mais complexas de atividade.

Segundo Luria (1991), durante muito tempo, no homem primitivo, a linguagem manteve estreita ligação com os gestos e as ações desenvolvidas, ou seja, estava extremamente dependente da atividade prática desenvolvida. Assim, somente com a complexificação do trabalho social é que a linguagem se torna autônoma da ação e se constitui “*a língua como um sistema de códigos independentes*, que durante um longo período histórico posterior de

desenvolvimento assumiu a forma que distingue as línguas atuais” (LURIA, 1991, p. 80, grifo no original).

A linguagem, além da importante tarefa de transmitir e acumular informações teve importância fundamental na reorganização da atividade consciente no homem junto com o trabalho. Assim, a gênese da linguagem é a história das apropriações humanas, pelo pensamento, das formas de comunicação que foram objetivadas. A linguagem foi apropriada pelos homens ao longo da história, transformando-se em estruturas de pensamento, num processo contínuo (DUARTE, 1993).

Desta forma, segundo Luria (1991), a linguagem reorganiza os processos de percepção do mundo no homem. Para dar conta de nomear todas as formas e cores presentes no mundo, o homem passa a agrupar e categorizar os objetos em conjuntos fazendo a generalização dos mesmos. Esse processo, ao longo do tempo aprimorou a percepção humana deixando-a radialmente diferente da animal. Da mesma maneira a atenção humana passa a ser arbitrária na medida em que sua percepção refinada o ajuda a discriminar melhor os objetos a sua volta.

Ainda, segundo o referido autor, os processos de memória são modificados pela linguagem. Diferente do animal, que se orienta no meio em que está por seus motivos biológicos, dos seus sentidos naturais, o homem apoiado na linguagem desenvolve uma atividade mnemônica consciente, ou seja, consegue organizar o material a ser lembrado, atribui um sentido a essa ação, e controla seu volume de informações.

Através da linguagem o homem consegue desligar-se de sua percepção imediata o que assegura o surgimento da imaginação, processo que não existe nos animais e dá base a outras tantas funções do psiquismo humano como a memória, e a própria consciência. Atingem-se formas complexas de pensamento abstrato para além de reações afetivas como resposta ao meio, como nos animais, e se torna possível uma vivência emocional humana (LURIA, 1991).

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos foram sendo aperfeiçoados pelo trabalho social e pelo emprego de instrumentos. De modo concomitante, estes aperfeiçoaram também a clareza da consciência, a capacidade de abstração e discernimento, pelo surgimento da linguagem. A

linguagem, por sua vez, influenciou o trabalho e os instrumentos, os desenvolvendo ainda mais (LURIA, 1991). Nas palavras de Engels (s/d),

Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influencia o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano (...) e também seus instrumentos mais imediatos: os órgãos do sentido (ENGELS, s/d, p. 272).

O desenvolvimento dos sentidos, da linguagem e da consciência continua mesmo após a separação definitiva do homem de seus antepassados primitivos e adquire, com o acumulo da humanidade, formas complexas de elaboração. O crescente desenvolvimento da consciência, a capacidade de abstração e de discernimento, estimularam cada vez mais e continuamente, em graus diversos diferentes povos, em diferentes épocas, sendo interrompidos ou mesmo retrocedidos em locais e tempo diferentes, mas avançando todos para um único sentido, por um elemento que surge, nas palavras de Engels (s/d), para o homem acabado: a sociedade.

Assim, graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não somente em cada indivíduo, mas também agora em sociedade, os homens foram desenvolvendo instrumentos cada vez mais complexos, que auxiliaram na sua alimentação, por exemplo, os quais os fizeram alcançar objetivos cada vez mais elevados

À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram às nações e os Estados, (...) o direito, a política, e a religião (ENGELS, s/d, p. 275).

## 2.2 A ESTRUTURA ECONÔMICA DA SOCIEDADE CAPITALISTA: CISÃO ENTRE TRABALHO E TRABALHADOR

Para compreendermos as relações sociais e de trabalho na atualidade é preciso recuperar e analisar as bases fundamentais que constituíram o modo de produção capitalista, sua gênese, e assim, compreender as mudanças

ocorridas no trabalho desde sua forma primitiva a sua forma contemporânea. O trabalho, em sua perspectiva ontológica, como vimos anteriormente, exige a unidade entre a atividade do trabalhador, o objeto de trabalho e os meios de trabalho. Na medida em que ocorre maior desenvolvimento dos meios de produção se dá o avanço de forças produtivas materiais como a tecnologia, a ciência, as máquinas, etc., e com isso modificou-se também as formas das relações humanas. Isso quer dizer, que o desenvolvimento das forças produtivas está necessariamente relacionado ao ato humano do trabalho (MARX, 2008c).

Ao longo da história, para a produção social da vida, os Homens desenvolveram, de acordo com suas necessidades, determinadas relações de produção, ou seja, o conjunto das relações humanas, que correspondiam à etapa do desenvolvimento das forças produtivas materiais da época. As relações de produção, segundo Marx (2008c), formam a estrutura econômica<sup>9</sup> da sociedade, sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem determinadas formas da consciência social. Assim, é o modo de produção material da vida que condiciona a vida social, e não contrário. O ser social é que determina a consciência dos homens.

Por meio de uma análise histórica, Marx (2008c) pôde observar que a relação entre as forças produtivas materiais da sociedade nem sempre estiveram em equilíbrio com as relações de produção existentes. Segundo o autor, ocorreu nesse momento uma época de revolução social que visava à transformação do modo de produção ou das relações sociais existentes.

O autor (2008c) ilustrou esse fato com o surgimento do capitalismo, em que as relações sociais transformadas geraram outra forma de organização do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção. Esse fato, segundo o autor foi a expressão jurídica de um congelamento no desenvolvimento das relações de produção feudais, o que gerou um desequilíbrio com as forças produtivas que continuaram se desenvolvendo, pois os seres humanos continuaram a trabalhar.

---

<sup>9</sup> Conforme visto na introdução estrutura econômica significa o conjunto de relações sociais que produzem e reproduzem a vida. Em outras palavras, é o esforço da humanidade em prover sua existência, seus elementos sociais e culturais.

Assim, passou a existir uma forma de produção que era incompatível com as relações de produção outrora existentes. Vigorou nesse momento, uma contradição real entre os sujeitos que possuíam a propriedade privada dos meios de produção e os que trabalhavam. A passagem do feudalismo para o capitalismo não se deu de forma espontânea ou por evolução natural, mas foi resultado do processo de vida real que expressou a luta de classes. Em função do colapso existente entre o grau de desenvolvimento dos meios de produção e das relações sociais de produção existentes na sociedade feudal, foram gerados obstáculos para o desenvolvimento da produção, como por exemplo: o desenvolvimento vigoroso do mercado que não pôde mais se satisfazer com a produção resultante do trabalho artesanal culminou na ampliação da fonte de produtos trocáveis por meio de uma reorganização profunda do trabalho, o que levou a uma época de revolução social (MARX, 2008c).

Em meio a esse específico processo revolucionário, emergiu o modo de produção capitalista onde as relações sociais e a propriedade privada se davam em formas especiais.

Marx (1987) chamou de “acumulação primitiva” o processo histórico que criou condições para a emergência do capitalismo. Segundo o autor, esse processo desempenhou na economia política, o mesmo papel que o pecado original possuiu na teologia, ou seja, o ponto de partida; é chamada primitiva, pois, constituiu a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 1987).

A estrutura econômica da sociedade capitalista teve sua gênese no interior da estrutura econômica da sociedade feudal. O desenvolvimento do feudalismo se iniciou num extenso terreno preparado pelas conquistas gregas e romanas e pela expansão da agricultura vinda dessas conquistas (MARX, 1987). A destruição do império romano acabou com uma enorme quantidade de forças produtivas. Além da diminuição da agricultura, as indústrias decaíram por falta de mercado, o comércio regrediu e a população tanto do campo quanto na cidade diminuíram.

No campo estava a imensa maioria da população e as relações sociais em função da propriedade eram marcadas pela dicotomia da posse dos senhores feudais e pelo trabalho escravo ou servo dos camponeses nas

glebas<sup>10</sup> (MARX, 1987). O poder do senhor feudal nesse período consistiu no número de trabalhadores estabelecidos em seu domínio. Os servos, por sua vez, eram a classe que diretamente produzia para sua sobrevivência e que pagava em trabalho e também com produtos uma parte a seu senhor.

Nas cidades, mesmo que em pequeno número, as relações de classe, e divisão do trabalho também estavam presentes. As Corporações de Ofício congregavam inúmeros artesãos aprendizes e oficiais que subordinavam seu trabalho aos mestres (MARX, 1987).

Portanto, a propriedade no feudalismo, por um lado, consistia na posse da terra e pelo trabalho servil a ela preso, e por outro, o trabalho com o pequeno capital condicionado as corporações, limitadas pelas condições das relações de produção da época e pela oposição entre o campo e a cidade (MARX, 1987).

O processo de acumulação primitiva consistiu na passagem e na metamorfose da exploração feudal à exploração capitalista; o processo que produziu o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador camponês ao senhor feudal, que por sua vez foram originados da relação senhor-escravo na sociedade antiga . Incidiu em um processo histórico em que o trabalhador foi expropriado de sua pequena propriedade e de seus meios de trabalho, transformando em capital os meios sociais de subsistência e os de produção, e assim, em trabalhadores assalariados, os antigos produtores diretos (MARX, 1987).

O prenúncio da revolução que criou a base do capitalismo ocorreu segundo Marx (1987), no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. O crescimento das cidades, mas principalmente a expropriação do produtor rural, o camponês, foi a base de todo esse processo.

Opondo-se ao parlamento e aos reis, os senhores feudais exploraram um número de trabalhadores incomparavelmente maior: usurparam as terras comuns e expulsaram os camponeses das mesmas, mesmo estes tendo direitos sobre as propriedades. Marx (1987) utiliza o exemplo da Inglaterra para ilustrar o período:

---

<sup>10</sup> Na Idade Média, gleba era o nome da terra a qual os servos estavam ligados e que deveriam cultivar obrigatoriamente.

[...] o florescimento da manufatura de lã, com a elevação conseqüente dos preços da lã, impulsionou diretamente essas violências na Inglaterra. A velha nobreza fora devorada pelas guerras feudais. A nova era produto de seu tempo, e para ela, o dinheiro era o poder dos poderes (MARX, 1987, p. 833).

Com a dissolução da vassalagem feudal foi lançada ao mercado de trabalho uma massa de trabalhadores, de indivíduos sem direitos. De um lado, tinha-se o capitalista, dono dos meios de produção e subsistência, e de outro o trabalhador expropriado, dono somente de sua própria força de trabalho (KLEIN, KLEIN, 2008).

Para ocorrer o trabalho, na sociedade capitalista, foi necessário que a relação social entre capitalista e trabalhador acontecesse: o primeiro com a compra e o segundo com a venda da força de trabalho. Klein e Klein (2008, p. 8) explica que “essa relação social, formalizada no contrato de assalariamento, implica a conversão da força de trabalho em mercadoria e sua venda ao capitalista”.

Assim, o trabalhador necessitava ser livre para poder vender sua força de trabalho, o que implicava sua libertação das relações feudais: a subordinação ao senhor feudal e a coerção das corporações de ofício. Após ser expropriado de todos seus meio de produção, o trabalhador encontrou-se livre da subordinação servil e das regras coercivas e limitadoras das corporações, para poder sujeitar-se ao capitalista recebendo em troca um salário. Privado agora das garantias que as instituições feudais lhe assegurava, o trabalhador necessitou de seu salário para adquirir os bens necessários a sua sobrevivência e de sua família (KLEIN, KLEIN 2008).

Nos anos entre 1760 e 1830, segundo Hobsbawm (1988), consolidou-se o período em que se criou uma classe de empresários agrícolas e fazendeiro, e um enorme proletariado rural. O século XVIII foi um período de grande expansão agrícola e demográfica, crescente urbanização e aumento das fábricas e do comércio.

A principal forma de expandir a produção era feita por mercadores, que comprava os produtos dos artesãos ou produtos não agrícolas do campesinato e os vendia num mercado mais amplo, por vezes em outros países. O crescimento desse comércio criou condições, mesmo que

rudimentares, para o desenvolvimento precoce do capitalismo industrial (HOBSBAWM, 1988).

O artesão pôde transformar-se em pouco mais que um trabalhador que recebia por trabalho produzido, especialmente quando o mercador lhe oferecia a matéria-prima. O camponês que também tecesse poderia tornar-se um tecelão; essa especialização criou um complexo de trabalhadores camponeses semiqualeificados. Assim, o velho mestre artesão e seu grupo poderiam se transformar em algo parecido com empregados subcontratados (HOBSBAWM, 1988).

Segundo Engels (2008), a primeira grande invenção que transformou profundamente a situação dos trabalhadores Ingleses foi a máquina *jenny*, construída em 1764, por um tecelão inglês, que deu início a mecanização da fiação de algodão e tecelagem. Assim, gradativamente, com o aumento da produção e da demanda pelo produto, a classe dos tecelões-agricultores foi desaparecendo e o trabalho absorvido pela classe dos exclusivamente tecelões, que viviam apenas de seu salário, e que não possuíam nenhuma propriedade, “nem sequer a ilusão de propriedade que o trabalho agrícola confere – tornaram-se, pois, proletários (working men)” (ENGELS, 2008, p. 48).

A conversão de instrumentos em máquinas e oficinas em fábricas, feitas pela nova indústria, transformou a classe média trabalhadora em proletários e os grandes negociantes em industriais. A mecanização do artesanato passou a exigir uma série de mudanças nas estruturas físicas dos espaços fabris e também mudanças nas atividades e relações de trabalho (ENGELS, 2008).

No início dessas transformações quase não houve diferenças, do ponto de vista da produção, entre o artesanato das corporações e a manufatura que se desenvolveu, a não ser pelo número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital:

A atuação simultânea de um grande número de trabalhadores num mesmo local, ou campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando de um mesmo capitalista constitui histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 2008a, p. 375).

No entanto percebeu-se com o passar do tempo, que mesmo não se alterando o método de trabalho, o emprego simultâneo de vários trabalhadores

provocou e operou uma revolução nas condições materiais de trabalho. O trabalho desenvolvido por todos os trabalhadores em conjunto, transformou-se em mais do que simplesmente a soma do trabalho individual de cada trabalhador. O trabalho médio ali desenvolvido potencializava os trabalhos individuais, fazendo com que se produzisse determinada mercadoria em menor tempo e com menor custo, fazendo com que em última análise, o capitalista pudesse vender aquela mercadoria a um preço maior (MARX, 2008a).

Essa forma de trabalho em que muitos trabalhavam juntos, de acordo com um mesmo plano, no mesmo processo de produção, sob a orientação de um supervisor, Marx (2008a) chamou de cooperação. O autor exemplificou dizendo que no levantar uma carga, girar uma manivela muito pesada, ou remover um obstáculo, a soma das forças mecânicas dos trabalhadores isolados foi diferente da força social que essa cooperação gera para fazer essas atividades. Esse trabalho não pôde ser realizado pelo trabalhador individual, ou somente num espaço muito mais longo de tempo e em uma escala reduzida, o que passa a não ser mais interessante para o empregador. “Não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva” (MARX, 2008a, p. 379).

Foi pela cooperação que todo o processo de produção capitalista passou se fundamentar. Essa forma de organização gerou ao longo do tempo uma divisão do trabalho, na medida em que para que se otimizasse o tempo e a utilização de matéria prima, cada trabalhador produzia apenas uma parte do produto, e se aperfeiçoou nessa função; é no período manufatureiro, entre o século XVI e último terço do século XVIII que essa forma de trabalho se consolidou (MARX, 2008a).

A manufatura se originou e se formou do artesanato de duas maneiras: de um lado, tinha-se a combinação de ofícios independentes distintos, que iam perdendo sua independência na medida em que se tornavam tão especializados que passaram a constituir apenas uma parte do processo de produção de uma única mercadoria; do outro lado, surgia na cooperação de artífices do mesmo ofício, decompondo o ofício em diferentes partes, operações particulares, deixando-as isoladas e individualizadas, para tornar cada uma dessas partes, função exclusiva de um trabalhador em particular

(MARX, 2008a). O autor sintetizou o papel na manufatura e sua relação com a divisão do trabalho:

A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou a aperfeiçoa, ora combina ofícios anteriormente distintos. Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos (MARX, 2008a, p. 393).

Nesse processo, ocorreram mudanças objetivas na vida dos trabalhadores: por executarem a vida toda o mesmo ofício, esses sujeitos transformavam todo seu corpo em um órgão automático especializado dessa operação. O trabalhador coletivo desenvolvido pela cooperação, peça fundamental da manufatura, foi constituído por esses trabalhadores parciais, limitados (MARX, 2008a). Segundo o autor, “a manufatura produz realmente a virtuosidade do trabalhador mutilado” (MARX, 2008a, p. 394), referindo-se ao fato de que cristalizado, limitado à determinada função, o trabalhador desenvolveu determinada habilidade parcial e passou a ser valorizado por ela.

Essas aptidões desenvolvidas – mais força, destreza, atenção e concentração, etc. – fez com que o empregador separasse, classificasse, e agrupasse os trabalhadores de acordo com suas qualidades dominantes. A manufatura desenvolveu, portanto, uma hierarquia entre as forças de trabalho, e sob essa, se fez uma escala de salários (MARX, 2008a).

A divisão de trabalho na manufatura se reproduziu na sociedade, e fez com que essas qualidades e aptidões desenvolvidas por cada trabalhador, fossem cristalizadas em profissões. A manufatura utilizou-se da divisão social do trabalho e a perverteu em uma divisão que ao invés de contribuir para o trabalho coletivo e otimização das possibilidades humanas, fragmentou o trabalho fazendo com que o trabalhador conhecesse somente uma parcela da produção (MARX, 2008a).

A veloz expansão das indústrias determinou a demanda de mais braços, e com o aumento dos salários, milhões de trabalhadores agrícolas emigraram para as cidades; a população cresceu rapidamente, e quase todo acréscimo se deu na classe operária, surgiram assim, as grandes cidade industriais (ENGELS, 2008).

O emprego massivo das máquinas revolucionou o modo de produção. A indústria moderna e sua maquinaria cumpriam o fim de baratear as mercadorias, fazendo com que os trabalhadores encurtassem o tempo necessário para pagar seu salário e passasse mais horas do dia trabalhando exclusivamente para o capitalista (HOBSBAWM, 1988).

A indústria moderna transferiu cada vez mais a atividade laboral do trabalhador para a máquina. Segundo Marx: “Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho” (MARX, 2008a, p. 427). No uso de ferramentas o trabalhador requeria uma habilidade para manusear o instrumento, ou seja, ele deveria ter alguns conhecimentos sobre seu processo de trabalho. A máquina, entretanto, dispensava qualquer habilidade e conhecimento do trabalhador, o qual passou a ter quase que exclusivamente a função de observar a máquina e, por ventura, corrigir seus erros.

A revolução industrial aprofundou os males que a manufatura já causava no trabalhador. Se a manufatura já limitava e deformava o trabalhador pela fragmentação de sua atividade, a indústria levou ao extremo essa limitação e deformação, configurando o que Marx (2008a) chamou de patologia industrial. Nas palavras do próprio autor:

Certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho na sociedade. Mas, como o período manufatureiro leva muito mais longe a divisão do trabalho em suas raízes vitais, é ele que fornece o material impulsivo para a patologia industrial (MARX, 2008a, p. 418).

Desta maneira, com a maquinaria ocorreu no processo de objetivação do trabalho, uma expropriação ainda mais radical das habilidades dos trabalhadores. As máquinas tornaram supérflua a força física do trabalhador, e permitiram o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com o desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Assim, a primeira preocupação do capitalista ao utilizar a maquinaria foi o emprego de mulheres e crianças. Aumentou-se assim o número de assalariados, colocando toda a família do trabalhador, sem distinção de idade e sexo, sob o comando do capital (MARX, 2008a).

Outro impacto quase que imediato do uso da maquinaria na vida do trabalhador foi o prolongamento da jornada de trabalho. As máquinas aumentaram a produtividade e assim diminuíram o tempo de trabalho necessário a produção de uma mercadoria, o que tornou possível o prolongamento da jornada para além dos limites da natureza humana experimentados até então. Junto com o aumento da jornada veio a intensificação do trabalho, o que desgastou ainda mais a saúde do trabalhador (MARX, 2008a).

Assim, ficou claro nesta perspectiva que o trabalho na sociedade capitalista adquiriu especificidades em função da propriedade privada dos meios de produção e da divisão técnica do trabalho. Os elementos que o constituiu ontologicamente tornaram-se fragmentados, já que o fim para o qual o trabalho passou a ser orientado restringiu-se unicamente a obtenção do salário por um lado e a produção de mais valia por outro. A teleologia desenvolvida na humanização do ser social tornou-se cindida a pequena parte do processo de trabalho destinada a cada trabalhador. A matéria a qual se aplicava o trabalho, o objeto de trabalho não mais pertencia ao trabalhador, e sim a seu patrão, assim como todos seus instrumentos.

Nesse momento torna-se então necessária a compreensão das conseqüências dessa cisão entre trabalhador e trabalho, bem como as implicações desse processo na constituição do sujeito e de seu psiquismo.

### 3. ALIENAÇÃO E ADOECIMENTO PSÍQUICO: COMPREENSÃO DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL ACERCA DESSE PROCESSO.

No capítulo anterior procurou-se discutir o trabalho, como categoria ontológica, que possibilitou, ao longo da história, o desenvolvimento do gênero humano e também o papel que o trabalho assumiu no modo de produção capitalista, ou seja, a atividade vital humana mediada pela propriedade privada dos meios de produção.

A partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção o trabalho no capitalismo adquiriu certas especificidades. Em função da apropriação privada dos meios de produção, por parte da burguesia, somado a divisão técnica do trabalho<sup>11</sup>, intensificou-se a fragmentação no processo de trabalho entre os que produziam a riqueza, os trabalhadores, e entre os que dela usufruíam, a burguesia.

Como já explicitado anteriormente, Marx (2008a p. 211) analisou os elementos do processo de trabalho como “um processo em que participam o homem e a natureza”, isso quer dizer uma relação em que o trabalhador em intercâmbio com a natureza, produza coisas (instrumentos e objetos) que sirvam para satisfazer suas necessidades, nas palavras de Marx (2008a, p. 211) “necessidades de qualquer natureza”.

É por meio do trabalho que o homem produziu as riquezas necessárias a seu desenvolvimento físico e intelectual, tendo como base as condições sociais e históricas. É por meio dele que se desenvolveu o ser genérico, “todo seu corpo inorgânico”<sup>12</sup> (MARX, 2008b, p. 84). Entretanto, como toda relação humana é mediada, a relação entre o indivíduo e o gênero humano não ocorreu abstratamente, mas sim “[...] se realiza no interior das relações sociais concretas e históricas nas quais cada homem se insere” (DUARTE, 1993, p. 111), em outras palavras, mediada pela sociedade.

---

<sup>11</sup> De acordo com Marx (2008a) a divisão social do trabalho, natural a distribuição de tarefas no agrupamento social, passa por uma modificação na sociedade capitalista. A divisão dos afazeres não mais é estabelecida pelas necessidades da comunidade, mas sim, é especificada de acordo com a demanda do capital. A divisão social passa a ser uma divisão meramente técnica a execução do trabalho a fim de otimizar a produção visando o melhor aproveitamento do tempo e da força de trabalho.

<sup>12</sup> Segundo Mészáros (2006, p. 80) “o ‘corpo *inorgânico*’ do homem” não significa simplesmente aquilo que é dado pela natureza, mas a expressão concreta e a materialização de uma fase e uma estrutura historicamente dada da atividade produtiva, na forma de seus produtos dos bens materiais às obras de arte”.

Portanto, ao entendermos as relações de produção presentes no interior da sociedade, tornou-se possível a compreensão de como ocorre concretamente esta relação entre o indivíduo e o ser genérico.

Desta maneira, procuraremos nesse capítulo desenvolver o conceito de alienação, e como se dá no capitalismo a relação entre o sujeito singular e o gênero humano; a relação entre os elementos da alienação e o processo de adoecimento psíquico; e também, uma discussão sobre como a Psicologia compreende, na atualidade, essa questão.

### 3.1 O PROCESSO DE ALIENAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: FUNDAMENTOS PARA O ADOECIMENTO PSÍQUICO DA CLASSE TRABALHADORA

No capitalismo, com a propriedade privada dos meios de produção e a divisão do trabalho, onde imperam relações sociais de assalariamento, todo o grande desenvolvimento de materiais e de produtos, feito pelo conjunto da humanidade, tem seu acesso restrito apenas a um grupo da população, uma classe social, aquela que possui os meios de produção (MARX, 2008a). Desta forma, os processos de apropriação das objetivações genéricas constituem-se nesse contexto como um processo de *alienação*<sup>13</sup>.

Para entender o processo de alienação produzida por essas relações, Mészáros, filósofo marxista, sistematiza, a partir da obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de Marx, de essa categoria da seguinte maneira:

---

<sup>13</sup> Segundo Mészáros (2006, p. 19) em alemão, as palavras *Entäusserung*, *Entfremdung* e *Veräusserung* são usadas para significar “alienação” ou “estranhamento”. Jesus Ranieri, tradutor da edição da obra *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, da editora Biotempo (2008), destaca que optou por fazer a distinção entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), pois, segundo ele, esses termos ocupam lugares distintos no sistema de Marx. Explica que a alienação trata-se do momento da objetivação do trabalho humano, no qual o ser torna objetivo seu trabalho, torna-o externo a ele; nesse sentido alienação estaria contida em toda forma de trabalho humano, indistintamente nos modos de produção. E por outro lado, o estranhamento refere-se ao trabalho no modo de produção capitalista, que faz do trabalho externo, estranho e hostil ao homem; ou seja, seria a forma capitalista da alienação. Entretanto, o autor aponta que “no capitalismo os dois conceitos estariam identificados com formas de apropriação do excedente de trabalho, e consequentemente, com desigualdade social, que aparece também nas manifestações tanto materiais quanto espirituais da vida do ser humano. Assim, a categoria alienação cumpriria satisfatoriamente o papel de categoria universal que serve de instrumento para a crítica de conjunto do sistema capitalista” (RANIERI in MARX, 2008b, p. 15-16). Assim, Ranieri optou por utilizar o conceito de estranhamento para definir alienação no sistema capitalista. Contudo, no presente trabalho, não utilizaremos tal distinção, uma vez que compreendemos o estranhamento contido no processo de alienação. Outras informações podem ser encontradas em Chagas (1994).

O conceito de alienação de Marx tem quatro aspectos principais, que são os seguintes:

- a) o homem está alienado da *natureza*;
- b) está alienado de *si mesmo* (de sua própria *atividade*);
- c) de seu “*ser genérico*” (de seu ser como membro da espécie humana);
- d) o homem está alienado do *homem* (dos outros homens) (MÉSZAROS, 2006, p. 19-20).

Assim como o trabalho faz com que as características humanas manifestem-se materialmente pela objetivação da vida genérica do homem, e não somente no pensamento, a alienação também se dá de maneira concreta (MÉSZAROS, 2006). Em virtude da concepção materialista do homem, Marx (2008b) deixa claro que ao falar do ser humano, do homem e da essência humana, não está referindo-se a consciência como espírito imaterial, mas sim, ao homem real, como uma existência material:

Quando o *homem* efetivo, corpóreo, com os pés bem firmes sobre a terra, aspirando e expirando suas forças naturais, assenta suas *forças essenciais* objetivas e efetivas como objetos estranhos mediante sua exteriorização (*Entäußerung*), este [ato de] *assentar* não é o sujeito; é a subjetividade de forças essenciais *objetivas*, cuja ação tem também de ser *objetiva* (MARX, 2008b, p. 126, grifos do autor).

Nessa passagem o autor referiu-se ao ser humano enquanto produto e produtor de sua história de maneira objetiva. O homem “efetivo e corpóreo”, ou seja, real, histórico, que se apropria das forças naturais e as utiliza em sua objetivação (aspirando e expirando) e que se aliena perante sua realidade concreta, criada pela ação humana. Faz-se essa observação no intuito de desmistificar a confusão feita por muitos de que a alienação tem origem na consciência. Duarte (1993, p. 72) afirma claramente que

[...] a alienação não tem origem na consciência não resulta do fato de que essa consciência tenha se objetivado nos produtos históricos da atividade social, mas sim do fato desses produtos, essas forças essenciais objetivas, tornem-se alienadas e alienadoras em determinadas condições históricas, e façam dos indivíduos, homens alienados perante as objetivações do gênero humano (DUARTE, 1993, p. 72).

Com base nessas observações, o primeiro elemento da alienação explicado por Mézàros (2006) expressa a relação do trabalhador com o

*produto* de seu trabalho, que é ao mesmo tempo sua relação com o *mundo sensível exterior*, com os objetos da natureza (MÉSZÁROS, 2006).

O ser humano domina a natureza nas suas relações, ou seja, ela é matéria-prima de seu trabalho e através dela que se desenvolvem os meios para que o trabalhador possa viver. A relação entre o homem e a natureza é sempre mediada pelo trabalho, sua atividade vital; essa mediação é chamada de primeira ordem, pois é a forma ontológica, absoluta da condição humana (MÉSZÁROS, 2006).

Entretanto, no capitalismo, foi radicalizado o estranhamento do homem ao seu corpo inorgânico, transformado em mercadoria, em propriedade privada (MARX, 2008b). Segundo Mézàros (2006, p. 80), “o indivíduo é confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), uma vez que seu ‘corpo inorgânico’ – ‘natureza trabalhada’ e capacidade produtiva externalizada – foi dele alienado”. Nesse sentido, no capitalismo, a relação entre indivíduo e natureza não está mais mediada somente pelo trabalho; ocorrem aqui mediações de segunda ordem: a mediação da propriedade privada entre o sujeito e seu trabalho (MÉSZÁROS, 2006). Marx utilizou o termo trabalho tanto em sua acepção *geral* – como “atividade produtiva”, determinação ontológica e fundamental da sociedade; quanto em sua acepção *particular*, na forma da “divisão do trabalho” capitalista. É nesta última forma que o trabalho é a base de toda alienação (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

Na sociedade capitalista, conforme explicitado no capítulo anterior, a mão-de-obra do trabalhador necessita ser “livre”, para que assim possa ser “livremente vendida” ao empregador. O mundo exterior deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho já que não pode apropriar-se dele imediatamente, mas somente mediado por seu salário, ou seja, por outro meio de vida que é fruto de seu trabalho. O trabalhador, portanto, torna-se servo de seu objeto e “o auge dessa servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador” (MARX, 2008b, p. 82, grifos do autor).

O segundo elemento descrito por Mézàros (2006) é a expressão da relação do trabalho com o *ato de produção* no interior do processo de trabalho, a relação do trabalhador com sua própria atividade (Mézàros, 2006). A alienação não se mostra somente no resultado da produção, no produto, mas

também, e principalmente, no próprio ato de produção. Segundo Mészáros (2006), Marx chama essa característica de “auto-estranhamento” ou “auto-alienação”, pois, se o homem está alheio a seu trabalho, e este é fundamental a sua constituição, podemos explicar “alienação” como a alienação de si mesmo, [...] “dos poderes humanos do homem por meio de sua atividade produtiva” (MÉSZÁROS, 2006, p. 103).

No capitalismo, o trabalho aparece como alheio ao homem e não lhe oferece satisfação em si e por si mesmo, mas sim, em sua venda, ou seja, não é a atividade em si que lhe proporciona satisfação, mas a propriedade abstrata dela: a possibilidade de vendê-la em certas condições (MÉSZÁROS, 2006).

A não compreensão da ontologia do trabalho e de seu caráter histórico faz com que o “homem” e a “humanidade” sejam vistas como categorias abstratas. Para Mészáros (2006, p. 106), “o “verdadeiro homem” – a “verdadeira pessoa humana” – não existe realmente na sociedade capitalista salvo em uma forma alienada e reificada na qual encontramos o trabalho e capital (propriedade privada) opondo-se antagonicamente”.

Segundo Marx (2008b), o trabalhador não mais se afirma em seu trabalho, mas nega-se nele, não se sente bem, mas infeliz. Ainda, “o trabalhador só se sente [...] junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e , quando trabalha, não está em casa” (MARX, 2008b, p. 83).

As mediações de segunda ordem fazem com que as relações ontológicas entre homem, natureza e trabalho sejam substituídas pela propriedade privada e o trabalho alienado. Esse rompimento causado pelas mediações de segunda ordem faz com que o trabalho, do ponto de vista da propriedade privada, possa ser considerado um mero “fato material”, ao invés de ser visto como um “agente humano” (MÉSZÁROS, 2006, p. 104).

Desta forma, criou-se a percepção do trabalho alienado – trabalho assalariado, a forma *particular* do trabalho, histórica – como a única forma possível de trabalho. Nesse sentido, tomou-se o particular pelo *universal*, pelo ontológico (MÉSZÁROS, 2006). Mészáros (2006) ressalta que

[...] se isso não é levado em conta, se a “atividade produtiva” não é diferenciada em seus aspectos radicalmente diferentes,

se o fator ontologicamente absoluto não é distinguido da forma historicamente específica (..) a questão de uma transcendência real (prática) da alienação é impossível de ser colocada (MÉSZÁROS, 2006, p. 78)

Essa indiferenciação da forma absoluta e da forma histórica do trabalho fez com que também se tomasse a propriedade privada como “inerente à natureza humana”, e assim, as mediações de segunda ordem aparecem como uma mediação de primeira ordem, absoluta.

O Terceiro elemento da alienação do trabalho, a alienação do homem com relação ao seu ser genérico, está relacionado com a concepção, segundo a qual o objeto do trabalho é a *objetivação da vida da espécie humana*, “pois o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa[mente], contemplando-se a si mesmo num mundo criado por ele” (MARX, 2008b, p. 85). Porém, o trabalho alienado fez do ser genérico algo estranho ao trabalhador, pois, quando foram tirados do homem os objetos de sua produção, o trabalho alienado, tirou-lhe também sua vida genérica.

Desta forma, Marx (2008b) afirma que a alienação se expressa concretamente na vida do trabalhador quando aparece a impossibilidade de se apropriarem individualmente das construções do gênero humano. Como já explicitado no capítulo anterior, o ser humano, diferentemente de outros animais, criou novas necessidades em suas relações sociais, que não mais submetidas ao corpo biológico; careceu de se apropriar das produções genéricas. No capitalismo ocorreu a transformação das objetivações humanas em mercadorias, o que impossibilitou o trabalhador de se apropriar de todas as dimensões do gênero humano, a não ser pelo mediação do dinheiro, da troca, havendo uma relação de alienação dos trabalhadores com as produções da humanidade.

O quarto elemento da alienação do trabalho é consequência imediata do homem estar alienado do produto de seu trabalho de sua atividade vital, e de seu ser genérico, “é o *estranhamento do homem pelo [próprio] homem*” (MARX, 2008b, p. 85). Segundo Marx (2008b, p. 86), “a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico, quer dizer que um homem está estranho do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência

humana”. Assim, a alienação do homem não está somente em relação à natureza, mas sim entre o homem e sua própria natureza (MÉSZÁROS, 2006).

Esse elemento do processo de alienação tornou possível a reflexão sobre a exploração do homem pelo próprio homem no capitalismo. Sob relações alienadas de produção, o produto feito pelo trabalhador não pertence a ele, mas a outro homem, assim como o trabalho em si (MARX, 2008b). Neste sentido, Marx (2008b, p. 87) afirmou que para o trabalhador “se ele se relaciona com sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de outro homem”.

O problema da liberdade humana também foi discutido por Marx no concernente as relações de propriedade e, portanto sobre a alienação. De acordo com Mézàros (2006), a questão da alienação nesse contexto, tratando da propriedade privada, referiu-se a um processo que afeta negativamente a liberdade, na interface do homem com a *natureza*, com *outros homens* e *consigo mesmo*. Se considerarmos o primeiro aspecto sobre a liberdade, com as potencialidades da natureza, “ao compararmos as relações de propriedade capitalistas com as feudais torna-se claro que o grande aumento na capacidade produtiva da sociedade faz avançar muito, potencialmente, a liberdade humana” (MÉSZÁROS, 2006, p. 143). No entanto, essa potencialidade positiva foi contrabalanceada, pois, embora as necessidades humanas reais pudessem ser satisfeitas pelo crescimento das forças produtivas, as necessidades parciais da propriedade privada, ou seja, as necessidades abstratas da expansão da produção e do lucro prevaleceram sobre as necessidades humanas reais (MÉSZÁROS, 2006).

Segundo Marx (2008b), sob relações de dominação, através da mediação da propriedade privada, todos os sentidos humanos passaram pelo processo de alienação, “o lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter*” (MARX, 2008b, p. 108). Isso ocorreu, pois mesmo nossos cinco sentidos não são simplesmente nossa herança animal, mas sim fruto de nossa natureza social: “o olho se tornou olho *humano*, da mesma forma como seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano* proveniente do homem para o homem (MARX, 2008b, p. 109). Assim, da mesma forma como

os produtos humanos tornaram-se alienados, nossos “órgãos sociais” tornaram-se externos ao homem, alheio a ele. Ainda nas palavras do autor:

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, *usado*. (MARX, 2008b, p. 108, grifos do autor)

Assim, o acesso do indivíduo as produções do gênero humano foi sempre mediado pela posse, ou seja, pela possibilidade de adquirir algo, no caso da sociedade capitalista, de comprar certo produto. Nesse sentido, o homem teve seu desenvolvimento empobrecido, na medida em que foi cerceado seu acesso às objetivações do gênero humano, pois esse contato fica restrito ao *uso* conforme dito acima.

Marx (2008b) afirma que os sentidos humanos foram substituídos por um sentido *tacanho*. Segundo o autor

O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum *sentido* para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação de essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer *humanos* os do homem quanto para criar *sentido humano* correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural (MARX, 2008b, p. 110-111, grifos do autor).

Em uma sociedade dividida em classes<sup>14</sup>, com a apropriação privada dos meios de produção, as produções humanas passaram a pertencer

---

<sup>14</sup> Marx & Engels (s/d) ressaltam que a história da sociedade humana sempre foi marcada pela luta de classes, entretanto, explica que em nossa época, a burguesia caracteriza-se por ter simplificado esse antagonismo, “em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX & ENGELS, s/d, p. 22). Acredita-se que mesmo com o passar dos anos, essa análise marxista ainda se conserva em suas bases. Reafirmamos esse fato com a intensa concentração de renda, por uma parcela pequena da população e o crescente empobrecimento da outra parcela, fenômeno que se agrava como mostra os dados do *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano das Nações Unidas*, “que o 1% mais rico do mundo auferiu tanta renda quanto os 57% mais pobres. A proporção, no que se refere aos rendimentos, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no mundo aumentou de 30 para 1 em 1960, para 60 para 1 em 1990 e para 74 para 1 em 1999, e estima-se que atinja os 100 para 1 em 2015. Em 1999-2000, 2,8 bilhões de pessoas viviam com menos de dois dólares por dia, 840 milhões estavam subnutridos, 2,4 bilhões não tinham acesso a nenhuma forma aprimorada de serviço de saneamento, e uma em cada seis crianças em idade de frequentar a escola primária não estava na escola.” (MINQI LI, 2004, p. 21 *apud* MÉSZÁROS, 2006, p. 74).

somente a uma única classe, a burguesia. Ainda segundo o autor, a burguesia “fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio” (MARX & ENGELS, s/d, p. 23).

Desta forma, segundo o psicólogo soviético Lev Semenovitch Vigotski (s/d), da mesma maneira em que a sociedade, por estar dividida em classes, não representa um único e uniforme todo, a composição das personalidades humanas não representam algo homogêneo. Assim, para ele, é “[...] o caráter de classe, natureza de classe e as distinções de classe que são responsáveis pela formação dos tipos humanos” (VIGOTSKI, s/d, p.2). Isso quer dizer que “as várias contradições internas, as quais se encontram nos diferentes sistemas sociais, encontram sua expressão acabada tanto no tipo de personalidade quanto na estrutura do psiquismo humano de um período histórico determinado.” (VIGOTSKI, s/d, p.2).

Essa ruptura entre sujeito e sociedade, fruto da alienação do trabalho, e a conseqüente cisão na construção social da essência humana, de sua personalidade, pôde nos auxiliar na reflexão da gênese do adoecimento psíquico da classe trabalhadora.

### 3.2 AS BASES CONCRETAS DO PROCESSO DE ADOECIMENTO PSÍQUICO DA CLASSE TRABALHADORA NA SOCIEDADE CAPITALISTA: IMPLICAÇÕES À PSICOLOGIA

Asa Cristina Laurell (1982), médica mexicana, estudou o caráter histórico social da doença, seja ela mental ou de outra natureza<sup>15</sup>. Segundo a autora, a abordagem exclusivamente biológica e individual de compreensão da doença mostrou-se insuficiente para análise de processos coletivos de adoecimento e, claramente, estavam vinculados a classe social dos indivíduos. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, Laurell (1982) analisou as doenças não como um fenômeno abstrato, mas sim existente de forma material em indivíduos concretos, que estão inseridos em uma sociedade de classes.

---

<sup>15</sup> Laurell (1982) estudou a epidemiologia e a incidência de várias doenças na classe operária como: câncer, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, do sangue e dos órgãos hematopoiéticos, doenças mentais, doenças do sistema nervoso, do sistema circulatório, respiratório, entre outras.

Além disso, pontuou que é necessário observarmos a doença como um processo, compreendendo-a, por uma questão metodológica, a partir da relação dialética saúde-doença.

Ela afirmou que sendo o trabalho a categoria fundante do ser humano, deve-se observar o processo de adoecimentos desses sujeitos, também a partir de sua atividade vital, ou seja, a atividade que exerce, necessária a sua reprodução e sobrevivência (LAURELL, 1982). Como já explicitado anteriormente, o trabalho, na sociedade capitalista, adquiriu especificidades que fez com que essa atividade cumprisse o papel oposto de sua forma ontológica; o trabalho ao invés de humanizar os sujeitos, sob relações de alienação, cumpriu a função de afastar o sujeito do gênero humano, e como conseqüência, desumaniza-lo, e fazê-lo adoecer.

Deste modo, conforme Laurell (1982), para compreender o caráter da doença (social ou biológico) deve-se observar sua conceituação a partir de uma análise do momento histórico em que se vive. Assim, para a autora, na sociedade capitalista o conceito de doença está centrado na biologia individual, fato que lhe retira o caráter social. Isso se deve a imposição ideológica da classe dominante que coloca suas necessidades em detrimento das do restante da sociedade, e desta forma, naturaliza o processo saúde doença, culpabilizando, muitas vezes, o sujeito individualmente por seu adoecimento (LAURELL, 1982). Portanto, o conceito de doença não explicita em sua definição o caráter social da doença, e por conseqüência que o adoecimento “refere-se à incapacidade de trabalhar, o que a coloca em relação com a economia e eventualmente com a criação de mais-valia e possibilidade de acumulação capitalista” (LAURELL, 1982, p. 9). Ainda nas palavras da autora “o fato de que o conceito de doença tenha um componente claramente ideológico não quer dizer que seja falso, senão que é parcial, isto é, que não deixa ver além de uma parte da problemática” (LAURELL, 1982, p. 10).

Desta forma, deve entender por processo saúde-doença da coletividade, ou melhor, dos indivíduos de uma classe, um processo que engloba a materialidade do sujeito, portanto, seus processos biológicos, mas que a compreenda também a partir de sua historicidade, pois é socialmente determinada, já que o desenvolvimento biológico humano é mediada pelo social (LAURELL, 1982).

Para Laurell (1982, p. 12), o processo saúde-doença é social “na medida em que não é possível focalizar a normalidade biológica do homem à margem do momento histórico”. Isso se expressa, por exemplo, que não é possível padronizar a-historicamente a duração do ciclo vital humano, já que este se apresentou diverso em diferentes épocas. Assim, se desta maneira a “normalidade’ biológica define-se em função do social também a ‘anormalidade’ o faz” (LAURELL, 1982, p. 12).

Nesse sentido,

A compreensão do adoecimento psíquico, deve ser entendido, em termos gerais, determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio de processo de trabalho baseado em determinado momento das forças produtivas e relações sociais de produção (LAURELL, 1982, p. 16).

Como já visto, Marx (2008a) abordou frequentemente o tema da deterioração do homem, e a corrupção da personalidade humana, provocada pelo crescimento do capitalismo industrial.

De acordo com Vigotski,

em um extremo da sociedade, encontramos a divisão [N.doT.: “alienação”] entre o trabalho intelectual e o material, a separação entre a cidade e o campo, a exploração implacável do trabalho de crianças e mulheres, a pobreza e a impossibilidade de um desenvolvimento livre e omnilateral do pleno potencial humano; e, no outro extremo, folga e ostentação (VIGOTSKI, s/d, p.2).

A partir disso tem-se que não somente o ser humano em sua forma ontológica, omnilateral tornou-se fragmentado em vários tipos, nas diversas classes sociais, “mas também a corrupção e a distorção da personalidade humana, assim como sua sujeição a um desenvolvimento inadequado, unilateral, *no interior mesmo de todas essas diferentes variantes tipológicas humanas*” (VIGOTSKI, s/d, p.2).

O trabalho alienado criou uma cisão entre o sentido pessoal do trabalho e o significado social dessa ação, pois a função do trabalho, para o trabalhador, tornou-se unicamente a conquista do salário (MARTINS, 2007). “As capacidades dos homens bem como as possibilidades para seu pleno

desenvolvimento se reprimem e se deformam, uma vez que comprometem a efetiva utilização de todas as suas forças criadoras” (MARTINS, 2007, p. 130).

Assim, para Martins (2007, p. 130), a alienação representaria um fenômeno composto por dois aspectos indissociáveis: “as condições socioeconômicas que lhe dão origem e os efeitos e processos gerados nos indivíduos por conta da sua ação”, representando dois níveis de sua expressão, sendo eles o nível sociológico e o nível psicológico.

Nesse sentido, a partir da análise desenvolvida anteriormente dos aspectos da alienação fundamentada no estudo de sua base material, ou seja, a divisão técnica do trabalho em conjunto com a propriedade privada dos meios de produção, foram desenvolvidas algumas reflexões sobre as conseqüências geradas pela alienação nos indivíduos, ao nível psicológico.

Monteiro (1991, *apud* MARTINS, 2007) demonstrou que a alienação é um processo tanto passivo, ou seja, determinada pelas relações capitalistas, quanto ativo (efetivado pelo sujeito), no sentido da reprodução dessas relações por parte do indivíduo, em todas as suas manifestações, e em particular em sua consciência<sup>16</sup>. A alienação gera na consciência humana uma cisão entre o individual e o social, no sentido que, em função da sociedade de classes, o indivíduo não se percebe como constituído por suas relações sociais, mas sim mutilado e cerceado por elas. Nesse sentido, no capitalismo, a relação dialética entre sujeito e sociedade torna-se antagônica, produzindo uma negação da relação consciente do homem com sua vida social, dando lugar a uma existência espontânea, a-crítica, que torna-se “socialmente imposta e aceita” (MARTINS, 2007, p. 131). Nas palavras da autora:

a cisão criada pela alienação no interior da personalidade acaba por opor a atividade psicológica a si mesma, posto que os universos de significação social e pessoal que co-habitam no indivíduo se tornam cada um deles o instrumento de negação do outro, comprometendo de forma decisiva a articulação entre as principais dimensões da atividade humana, isto é, entre suas dimensões objetiva e subjetiva (MARTINS, 2004, p. 98).

---

<sup>16</sup> Nesse sentido, Montero (1991, *apud* MARTINS, 2007) faz analogia desse aspecto da alienação com a ideologia, que mesmo sendo o conjunto das idéias da classe dominante, por terem origem na materialidade das relações, também são tomadas como suas pela classe dominada, e nesse sentido ela também “pensa” ideologicamente, ou seja, como a burguesia.

Martins (2007) utilizou a formulação do sociólogo norte americano Seeman, para propor uma caracterização teórica de descrição dos processos psicológicos a partir de cinco formas nas quais a alienação se apresentaria subjetivamente nos indivíduos.

A primeira forma que expressaria a alienação no nível psicológico é o “sentimento de falta de poder”, ou “sentimento de impotência”. Esse sentimento seria fruto da ideologia que impossibilita o indivíduo da percepção dos determinantes sociais de sua vida, originados nas “sucessivas exposições a situações de inibição, proibição, negação, e pressões do ambiente, impeditivas do desenvolvimento das capacidades necessárias à auto-gestão de sua vida” (MARTINS, 2007, p, 131).

A segunda forma proposta, chamada de “sentimento do absurdo”, que consistiria na baixa expectativa, ou da falta desta nos indivíduos, visto pouca probabilidade dos sujeitos executarem os projetos que planejaram. O distanciamento do indivíduo singular do gênero humano e a alienação do homem em relação a outros homens, conforme explicado anteriormente, levaria os indivíduos “a um certo grau de desapego com relação ao meio, que culmina no isolamento, incentiva as fantasias, bem como a idealização de projetos que não são seguidos de ações concretas” (MARTINS, 2007, p. 131-132). Nesse sentido, os acontecimentos na vida do sujeito, são sempre vistos como casuais, eventuais, pois não conseguem compreender as relações de determinação e causalidade nas relações sociais.

A terceira forma de expressão da alienação foi chamada de “isolamento”. Essa forma equivaleria a desesperança, em conjunto a uma valorização negativa dos objetos e valores sociais, pelo mesmo motivo da forma anterior, visto que a sociedade e os grupos sociais estão cada vez mais alheios ao indivíduo.

Interligada as anteriores a quarta forma foi chamada de “auto-estranhamento”, ou “auto-alienação”. Essa forma de alienação levaria o sujeito a procurar fora de si o sentido pessoal de sua vida e de seu trabalho o que produziria uma eleição alienada dos indivíduos em relação a suas “recompensas”, que nesse sentido, se restringiria ao dinheiro o que levaria a “uma seleção viciada, cega, da experiência em relação aos valores, normas,

significados e sentidos pessoais” (MARTINS, 2007, p. 132), já que esses valores pessoais além de distantes seriam ideológicos, e, portanto, trazidos de outra realidade social.

O quinto tipo de manifestação psicológica da alienação teria estreita ligação justamente com essa falta de “normas”, a anomia. Esta seria conseqüência exatamente do distanciamento do sujeito das produções genéricas, e do ideário ideológico, advindas “das circunstâncias de opressão que ao se tornarem insuportáveis para os indivíduos levam ao rompimento de seus vínculos com o sistema ao qual pertencem” (MARTINS, 2007, p. 132).

A coerência psicológica necessária entre o indivíduo, sua personalidade e sua vida, em função do sentimento de impotência, do sentido do absurdo, do isolamento e do auto-estranhamento é dissolvida e por esse processo a individualidade, converte-se em individualismo (MARTINS, 2007).

De acordo com Martins (2007, p. 132), “todos esses tipos de alienação vão promovendo o empobrecimento, o esvaziamento dos valores essencialmente humanos, ampliando cada vez com mais propriedade as possibilidades para a fetichização dos indivíduos e de suas relações”, o que pode levar ao adoecimento psíquico desses sujeitos.

A autora reafirma que, embora Seeman apresente apenas uma caracterização inicial e não uma teoria completa e elaborada sobre a dimensão da alienação nos processos psicológicos, sua formulação pôde contribuir para compreendermos todo o flagelamento da essência humana, e a possível correlação dessas expressões psicológicas da alienação com o observado nos processos de adoecimento mental. Nas palavras de Martins

[...] a personalidade alienada, ou a alienação em seus níveis psicológicos, expressa-se como se fosse um *duplo* da pessoa, que pouco a pouco ocupa seus gestos, suas reações, seus pensamentos e sentimentos, gerando a muda aceitação, a resignação e o conformismo da pessoa ou o seu fracasso, expresso em diferentes formas de sofrimento psicológico (MARTINS, 2007, p. 133).

### 3.3 O TRABALHO ONTOLÓGICO E O TRABALHO ALIENADO: IMPLICAÇÕES PARA PSICOLOGIA NA ATUALIDADE.

O sofrimento psicológico, causado hoje principalmente pelo trabalho alienado, pôde ser observado, na atualidade, a partir dos dados estatísticos oficiais e não oficiais, do aumento de casos de afastamento, faltas no trabalho e de aposentadorias, devido a psicopatologias diversas como: Depressão, Transtornos de Humor, Estresse, Síndrome de Burnout, dentre outras (VASCONCELOS & FARIA, 2008; NAVARRO, 2003; MERLO & LAPIS, 2007; SALIM, 2003; BORSOI, 2007; BRANT & MINAYO-GOMÉZ, 2007; JAQUES, 2003; BORGES & MARTINS, 2004). Segundo os dados da Fundacentro (2007), os transtornos mentais ocupam a 3ª posição entre as causas de concessão do benefício previdenciário à trabalhadores com registro formal e em números isso representa um afastamento do trabalho de 83 mil brasileiros, todo ano, ocasionado por problemas de saúde mental (FUNDACENTRO, 2007 *apud* VASCONCELOS E FARIA, 2008).

Esse quadro preocupante tem sua intensificação ao longo dos últimos anos, mais precisamente desde a década de 70 devido ao contexto de crise econômica mundial de reestruturação produtiva do capital que se iniciou nesse período. A reestruturação desencadeou: o aumento da jornada de trabalho; terceirizações, que acarretaram piores salários; o aumento do desemprego que expôs o trabalhador a insegurança do trabalho informal, entre outras condições que agravaram o adoecimento dos trabalhadores (NAVARRO, 2003). Entretanto, esse cenário não se apresentou como uma novidade no contexto de opressão do trabalhador, mas sim como um aprofundamento dos meios de exploração destes pelo capital. Conforme apresentado anteriormente, o trabalho alienado, desde o surgimento do capitalismo, contém todos esses elementos de intensa subjugação do trabalhador pelo capital, o que já no início da industrialização produziu a mutilação e o adoecimento dos trabalhadores (MARX, 2008a).

O fato recente que se apresenta nesse contexto é a preocupação de diversas áreas da saúde, e também, em especial a ciência Psicológica, de procurar compreender esse aumento das doenças relacionadas ao trabalho, a fim de intervir nessa área. Para exemplificar o florescimento do debate acadêmico sobre essa temática Jacques (2003) apontou quatro amplas abordagens psicológicas que discutiam essa temática: as teorias sobre Estresse, de cunho cognitivo-comportamental; a Psicodinâmica no Trabalho de

base psicanalítica; os estudos baseados no modelo Epidemiológico e Diagnóstico; e as teorias que pesquisam a Subjetividade e Trabalho, sendo essas últimas, classificadas segundo a autora, com fundamentação da Psicologia Sócio-Crítica ou Sócio-Histórica.

Segundo a autora, sua classificação e diferenciação das teorias foram baseadas especialmente nos pontos de confluência e divergência, entre as abordagens, com relação à determinação e a ênfase atribuída ao trabalho no processo de adoecimento mental.

A inserção desses estudos neste trabalho tem o intuito de utilizá-los a título de exemplo das produções teóricas da psicologia nesse tema de modo a ilustrar o debate feito na atualidade sobre o sofrimento psíquico e o trabalho.

A primeira dessas abordagens, as teorias sobre estresse, segundo a autora, teriam desvelado o vínculo entre trabalho e saúde/doença mental devido a sua popularidade e ampla utilização tanto no meio acadêmico quanto fora dele. Por outro lado, esta divulgação do termo trouxe uma imprecisão teórica na utilização do mesmo, que passou a qualificar tanto um estado de irritabilidade quanto um quadro de depressão grave. Segundo a autora, o termo estresse teria uma origem na física, aplicado ao desgaste de materiais submetidos ao excesso de peso, radiação ou calor. Esse termo seria utilizado, portanto, com essa perspectiva, entendendo o estresse psicológico em uma dimensão biológica e para além dela, denominando a relação também entre uma pessoa e o ambiente quando este é avaliado como prejudicial ao seu bem-estar. Essas abordagens sobre estresse, de acordo Jacques (2003), conferiram influência majoritária dos pressupostos teóricos da psicologia cognitivo-comportamental, a qual entende o estresse não como uma doença em si, mas uma tentativa de adaptação não somente em relação ao trabalho, mas ao cotidiano do sujeito como um todo. Desse modo, o trabalho teria a função de desencadeador do processo, devido a sua centralidade no cotidiano das pessoas, com maior ou menor grau de relevância. A intervenção dessa abordagem, conforme Jacques (2003), seria focada no gerenciamento individual do estresse através de mudanças cognitivas e comportamentos e práticas de exercícios físicos de relaxamento.

Outra abordagem recorrente, a chamada Psicodinâmica do Trabalho, tem o psiquiatra e psicanalista francês Christopher Dejours como principal

autor. No Brasil essa teoria entre todas citadas seria a mais difundida. Segundo a autora, a Psicodinâmica do Trabalho aproxima-se do campo clínico da psicologia, principalmente pelo referencial psicanalítico. Entretanto, apesar dos métodos dessa abordagem serem a escuta, a interpretação e a devolução (métodos da clínica psicanalítica) Dejours privilegiaria o emprego da entrevista coletiva ao invés da individual por entender que esta última poderia ressaltar aquilo que estaria ligado em parte às questões do passado do sujeito e seu histórico familiar, e não as questões coletivas relacionadas ao trabalho.

Nesse sentido, a autora apresenta formulações em que o próprio Dejours teria preconizado seu afastamento de pressupostos centrais da obra freudiana, entendendo que não atribuía às repressões sociais da sexualidade emergente a causa de todos os distúrbios e patologias. No entanto, segundo Jacques (2003), alguns leitores da obra de Dejours como Codo (2000, *apud* JACQUES, 2003) e Lima (2002 *apud* JACQUES, 2003) acreditam que os vínculos com os pressupostos psicanalíticos se mantêm a obra dejouriana, pois “a concepção de sujeito é psicanalítica, a conceituação teórica é psicanalítica, as conclusões são psicanalíticas e a racional teórica em que as conclusões teóricas se apóiam é psicanalítica” (CODO, 2000 p. 45 *apud* JACQUES, 2003, p. 105).

A autora reforça as afirmações que a categoria trabalho não seria central na obra dejouriana visto que este “se apresenta, em sua abordagem, como um fator que interage com uma constituição psíquica pré-dada, embora lhe reserve um estatuto de causa relevante de problemas patológicos” (JACQUES, 2003, p. 106). Assim, o trabalho permaneceria, apesar de sua importância, marginal na obra dejouriana, subordinada a subjetividade, que continuaria sendo, por excelência, o objeto central da Psicodinâmica do Trabalho (JACQUES, 2003).

As duas últimas abordagens propostas pela autora são chamadas por ela de “Abordagens no modelo Epidemiológico e/ou Diagnóstico” e “Estudo e Pesquisas em Subjetividade e Trabalho”. A autora aproxima essas duas teorias por entender que ambas tem como referencial teórico a psicologia social Histórico-Crítica ou Sócio-Histórica que teriam como fundamentação o marxismo (JACQUES, 2003). A abordagem no modelo Epidemiológico teria início na medicina e na psicologia teria sido difundida no Brasil por Codo e colaboradores, “cujo um dos objetivos é identificar quadros psicopatológicos

associados a determinadas categorias sociais” (JACQUES, 2003, p. 107). Por outro lado, a abordagem dos “Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Trabalho” buscaria analisar as experiências e vivências dos sujeitos adquiridas no mundo do trabalho. Essa perspectiva teórica teria escolhido a categoria trabalho “como eixo norteador para além do seu caráter técnico e econômico, cujo significado perpassa a estrutura socioeconômica, a cultura, os valores e a subjetividade dos trabalhadores” (JACQUES, 2003, p. 110).

Jacques (2003) define o caráter marxista dessa teoria a partir da concepção sobre a determinação histórica dos processos saúde/doença e seus vínculos com as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. Salieta ainda que a abordagem da “Subjetividade e trabalho” utiliza categorias advindas da psicodinâmica do trabalho e da psicanálise como o conceito de vivência, e de subjetividade, mas que entenderia de maneira não dicotômica o indivíduo e o coletivo, subjetivo e o objetivo, o que fortaleceria a fundamentação marxista de ciência e pesquisa dessa abordagem.

É importante ressaltarmos que essas teorias psicológicas citadas, tiveram importante papel no estudo sobre a relação entre o adoecimento psíquico e o trabalho, além de terem sido pioneiras na difusão dessa temática no início do século XX. Nesse sentido, entende-se que muitos estudos nesses enfoques teóricos contribuíram e contribuem para a compreensão e descrição do fenômeno e que em última instância, muitas vezes, acabam auxiliando, através dos dados levantados, a trazer à tona a contradição entre capital e trabalho.

Apesar do protagonismo na discussão do adoecimento psíquico em relação ao trabalho, essas teorias, na maioria dos casos, se restringem apenas a apresentação do fenômeno, sem buscar de fato, sua gênese e desenvolvimento, o que acaba por prejudicar a busca de meios para o enfrentamento desses problemas na raiz da questão.

Segundo Vigotski (2004), essa superficialidade nas análises psicológicas, bem como a própria fragmentação das teorias que dificultam um entendimento aprofundado sobre os processos psíquicos, tem origem na própria gênese da ciência psicológica<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Os questionamentos de Vigotski, sobre os pressupostos teóricos elaborados pela psicologia até o momento, foram decorrentes das condições encontradas na União Soviética em meados dos anos 20. Nesse período o país passava por intenso processo revolucionário, a Revolução

Desta forma, baseada na crítica de Vigotski (2004) feita às teorias psicológicas em suas matrizes epistemológicas, acredita-se que essas mesmas reflexões podem ser desenvolvidas para a compreensão da concepção de adoecimento e de sujeito que as teorias possuem em sua maioria atualmente. Essas reflexões não se tratam de uma sobreposição da crítica de Vigotski às teorias atuais, mas sim, refere-se ao uso do mesmo caminho epistemológico feito por Vigotski em sua época, utilizado aqui para o desenvolvimento e análise das teorias psicológicas citadas.

Para Vigotski (2004), a Psicologia não se constitui como uma ciência única, com um único objeto de estudo, como as demais ciências, o que faz com que ela compreenda o processo de adoecimento psíquico de uma maneira não uniforme, dissociada. O autor explica que essa fragmentação em várias abordagens e estas diferenças nas análises entre as teorias psicológicas é fruto da divisão existente no interior da sociedade de classes, na sociedade burguesa. Para ele, a divisão entre essas teorias parte da distinção dos interesses produzidos pela oposição das classes e por consequência dos seus posicionamentos: o papel ideológico disfarçado de fato científico. Vigotski (2004) salientou ainda que a psicologia de um modo geral não buscou entender o desenvolvimento humano a partir de uma análise histórica e social, e que mesmo partindo de pontos epistemológicos diferentes recorriam aos mesmos erros: a individualização e naturalização dos processos psíquicos.

Tuleski (2004) afirma a atualidade da crítica de Vigotski e mostra que a psicologia, por sua gênese reacionária vinculada ao desenvolvimento da burguesia, buscou sempre explicar os processos psicológicos a partir da

---

socialista de outubro de 1917, no qual ocorriam profundas mudanças na estrutura econômica daquele país. A derrota do czarismo e, meses depois, a instalação do regime comunista, acarretaram por meio de uma série de lutas proletárias e camponesas, a consolidação da principal bandeira dos bolcheviques: a extinção da propriedade privada. Apesar dos intensos embates, a luta de classes e os interesses antagônicos não desapareceram com o fim da propriedade privada, mas ganharam novos contornos em cada etapa da construção do socialismo russo (BARROCO, 2007). As lutas revolucionárias no campo material propiciaram a Vigotski as bases necessárias para o início da formulação de sua psicologia baseada nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. Colocava-se naquele momento, a necessidade de uma nova forma de compreensão da sociedade, e como consequência, uma maneira inovadora de entender o desenvolvimento psíquico por uma abordagem revolucionária. O auge das lutas e as condições da realidade lá postas, demandavam uma nova forma de interpretação do psiquismo humano a fim de ter subsídios para o estudo do “novo homem socialista” que estava surgindo, buscando uma superação das psicologias tradicionais (BARROCO, 2007; FACCI E SILVA, 1998).

vertente científica natural e idealista, que por um lado objetivava e por outro lado subjetivava o psiquismo, o que levou sempre a uma crença de que os “problemas” psicológicos eram individuais e inerentes ao sujeito. A autora explica essa condição burguesa da psicologia que,

[...] por seu caráter a-histórico, estabelece ou generaliza, por um lado, ao conjunto da sociedade as características psicológicas de uma determinada classe (a burguesa), estabelecendo estágios de desenvolvimento (motores, afetivos, cognitivos) que independem da origem social ou cultural dos indivíduos e, por outro, psicologiza as diferenças originárias das diferenças de classe por meio da ideologia dos talentos e inclinações naturais que justificam, entre outras coisas, a própria divisão do trabalho e as possibilidades de ascensão dos indivíduos na hierarquia social. Não é difícil aqui, identificar diferentes correntes que, embora acenem com diferenças marcantes entre elas não fogem deste núcleo comum (TULESKI, 2004, p. 127).

Esse “núcleo comum” que a autora se refere seria exatamente o caráter individualizante e naturalizante dos problemas psicológicos (TULESKI, 2004). Nesse sentido, as teorias psicológicas em sua maioria, mesmo buscando entender o adoecimento advindo do trabalho, não fazem sua análise observando a sociedade como uma sociedade de classes. Essa escolha metodológica implica na individualização dos problemas, pois não se identifica uma causa social e histórica, comum ao adoecimento de um conjunto de trabalhadores, pertencente a uma mesma classe. O fato de milhares de indivíduos da classe trabalhadora padecerem das mesmas doenças, como explicitado anteriormente, aparece como casual, sem compreenderem a determinação do meio em que o sujeito vive (OLIVEIRA, 2005). Laurell (1982, p. 3) se contrapõe a essa forma de investigação e afirma que “a natureza social da doença não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer dos grupos humanos”. Como exemplo, vemos as teorias sobre estresse apresentadas por Jacques (2003), que apesar de compreenderem o trabalho como desencadeador do sofrimento psíquico não explicam como ocorre esse processo.

Outra problemática apresentada, a naturalização dos problemas psicológicos, pode ser entendida pela falta de historicização nas análises psicológicas. Nota-se que a Psicologia, na maioria das vezes, na investigação

da origem do adoecimento psíquico busca compreender o que ocorreu na vida do sujeito singular somente, na história da vida do sujeito individualmente, a ontogenia. Não se investiga a gênese real do adoecimento psíquico na história da humanidade nem ao menos a história da classe social a qual o sujeito pertence.

Leontiev (2004, p. 279) alerta para os problemas que a análise a-histórica, “com um grosseiro exagero, do seu papel, serviu de fundamento teórico às teses pseudobiológicas mais reacionárias e mais racistas”. Em oposição a essa idéia, o autor coloca ainda, que uma investigação “desenvolvida pela ciência progressista, parte, pelo contrário, da idéia de que o homem é um ser de natureza *social*, que tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em *sociedade*, no seio da *cultura* criada pela humanidade” (LEONTIEV, 2004, p. 279).

Essas contradições, e as desigualdades entre os homens, não provêm, entretanto, de suas diferenças biológicas naturais. Segundo Leontiev (2004, p. 293), “ela é produto da desigualdade econômica, da desigualdade de classes e da diversidade consecutiva das suas relações com as aquisições que encarnam todas as aptidões e faculdades da natureza humana, formadas no decurso de um processo sócio-histórico”.

Nesse sentido, outro problema encontrado em muitas teorias psicológicas, é a subjetivação dos problemas psíquicos, ou seja, a localização e atribuição do sofrimento psíquico ao “interior” do próprio sujeito. Luria (1991) nos auxilia na compreensão dessas análises explicando que devido às raízes da Psicologia na filosofia idealista e em função da influência da Igreja no seu início, os fenômenos psicológicos, foram visto durante séculos, isolados de sua materialidade, considerando-os como manifestações divinas ou resultante de sensações subjetivas. As teorias psicológicas calcadas na filosofia idealista compreendem muitas vezes, a via psíquica como uma manifestação de um mundo subjetivo especial, que podia ser revelado somente na auto-observação, e, portanto inacessível às análises objetivas ou à explicação científica (LURIA, 1991).

Deste modo, surge na psicologia a divisão de seus fenômenos entre físicos e psíquicos, internos e externos, fragmentando o sujeito, desconsiderando sua totalidade, e dividindo a própria ciência psicológica.

Vigotski (2004) contribui para essa crítica e afirma que a dicotomia entre mente e corpo e a ausência da historicização do desenvolvimento do sujeito, que leva a naturalização dos processos psicológicos, explicitam a contribuição da psicologia para o conjunto da ideologia, que pretende não trazer à tona as contradições que a sociedade de classes produz.

Em relação as teorias que afirmam utilizarem o marxismo como fundamento, por vezes utilizam a teoria de Marx de maneira parcial ou equivocada. Vigotski (2004) em sua crítica as teorias psicológicas não poupa as que se dizem marxistas, mas que não utilizam o materialismo histórico-dialético. Na época, o autor localizou a existência de teorias ditas marxistas, mas que escreviam seus textos como se fossem uma “colcha de retalhos”, que utilizavam apenas citações de Marx de maneira aleatórias, o que fazia com que se criasse uma teoria psicológica vazia, e não de fato uma psicologia marxista. A ausência da utilização do método podia levar essas teorias, muitas vezes, também à naturalização e biologização dos processos psicológicos (VIGOTSKI, 2004). Percebe-se que muitas vezes, não é deixado claro o caráter histórico e materialista do trabalho o que por vezes transforma a explicação da relação entre trabalho e sofrimento psíquico como uma relação que apresenta uma gama de determinações chamada multifatorial e multicausal (JAQUES, 2003), ao invés da categoria marxista de *totalidade*<sup>18</sup>, sem entender as reais determinações concretas do adoecimento psíquico. Outro problema encontrado seria a utilização de conceituações vindas de teorias com outras fundamentações epistemológicas. Entendemos que a junção de diversas teorias e pontos de vista faz com que ao invés de buscar a totalidade da compreensão do fenômeno o fragmenta mais e distorce a compreensão da realidade; percebemos isso nas teorias que pesquisam Subjetividade e Trabalho apresentada por Jacques (2003).

Leontiev (2004) reafirma o caráter ideológico das ciências psicológicas apresentada por Vigotski (2004) e explica que a concentração de riquezas materiais dominadas por uma única classe, faz com que se acompanhe também uma concentração da cultura intelectual e da ciência nas mesmas

---

<sup>18</sup> O conceito de totalidade não se refere somente a “noção de todo” ou a percepção do “contexto social” que envolve o adoecimento psíquico. Totalidade refere-se neste caso à forma de sociedade dominante em nosso tempo: a sociedade capitalista. Ou em outras palavras, refere-se à apreensão e captação das leis que regem a sociedade e o movimento que lhe é imanente (ALVES, 1996, p. 10).

mãos: “como a maioria dominante possui não apenas os meios de produção material, mas também a maior parte dos meios de produção e de difusão da cultura intelectual e se esforça por os colocar a serviço dos seus interesses, produz-se uma estratificação desta mesma cultura” (LEONTIEV, 2004, p. 294).  
E continua,

Enquanto no domínio das ciências que asseguram o progresso técnico se verifica uma acumulação rápida de conhecimentos positivos, no domínio que toca ao homem e a sociedade, à sua natureza e essência, às forças que os fazem avançar e ao seu futuro, nos domínios dos ideais morais e estéticos o desenvolvimento segue duas vias radicalmente diferentes. Uma tende para acumular riquezas intelectuais, as idéias, os conhecimentos e os ideais que encarnam o que há de verdadeiramente humano no homem e iluminam os caminhos do progresso histórico: ele reflete os interesses e as aspirações da maioria. A outra tende para criação de operações mais cognitivas, morais e estéticas que servem ao interesse das classes dominantes e são destinados a justificar e perpetuar a ordem social existente, em desviar as massas da sua luta por justiça, igualdade e liberdade, anestesiando e paralisando sua vontade. O choque destas duas tendências provoca aquilo que se chama *luta ideológica* (LEONTIEV, 2004, p. 294-5, grifos do autor).

Desta forma, Leontiev (2004) nos dá a base para explicitar a limitação da ciência burguesa, e nesse sentido pode-se estender a ciência Psicológica, em compreender os processos de adoecimento psíquico em sua totalidade. Assim, pode-se entender que a Psicologia que pretende investigar profundamente as causas do sofrimento psíquico da classe trabalhadora, deve buscar a gênese na origem da contradição entre capital e trabalho, e desmistificar inclusive quaisquer idéias de busquem individualizar e naturalizar esses problemas. “A luta contra essas idéias, a denúncia da sua essência antipopular e reacionária, não tem simplesmente uma aplicação teórica e abstrata; ela é indispensável para abrir caminho das idéias da democracia, da paz e do progresso da humanidade” (LEONTIEV, 2004).

É a partir dessa reflexão que podemos entender como diversas ciências, que não possuem o compromisso da emancipação humana, especificamente neste caso das teorias psicológicas que serve aos interesses da burguesia, podem compreender o trabalho como mero elemento mediador do ser humano

com a sociedade e não como categoria essencial para sua existência. Essa falta de compreensão do ser humano como um ser social, faz com que se intensifique a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Nesse sentido, a ação desenvolvida pela psicologia atrelada a essa visão que fragmenta a subjetividade humana e o trabalho, provoca a não compreensão da psicologia como um instrumento que auxilie na aproximação do indivíduo singular ao gênero humano, o que no limite, corrobora com a intensificação da alienação.

Com base nessas colocações, buscou-se desenvolver uma experiência a partir da Psicologia Histórico-Cultural fundamentada no materialismo-histórico-dialético a fim de pensar em uma prática psicológica que busque ser emancipadora e que auxilie a classe trabalhadora a superar efetivamente as contradições de classe que os leva ao adoecimento. Essa experiência constituiu-se em um estágio curricular obrigatório que será apresentado no capítulo seguinte.

#### 4. A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E O ADOECIMENTO PSÍQUICO DO TRABALHADOR: UMA EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA COM TRABALHADORES, EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS (CAPS AD).

O presente capítulo tem o objetivo apresentar e analisar criticamente uma experiência de estágio profissional obrigatório, desenvolvida em um Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas (CAPS AD), visando contribuir com reflexões acerca da prática da Psicologia Histórico-Cultural na discussão e intervenção sobre a saúde mental dos trabalhadores.

O estágio foi realizado no Centro de Atenção Psicossocial para portadores de transtornos mentais decorrentes do abuso ou dependência de álcool e outras drogas (CAPS AD), no município de Piraquara, situado na região metropolitana de Curitiba, desenvolvido no período de maio a dezembro de 2009.

Os Centros de Atenção Psicossocial caracterizam-se como uma estratégia de cuidados em saúde mental, coletivos e individuais, e desempenham o papel de central na política de implementação de um novo modelo assistencial, baseado na Reforma Psiquiátrica e na desinstitucionalização (AMARANTE, 1995).

Os CAPS atuam como referência para os usuários do serviço e sua família, tanto em atividades internas aos Centros, quanto em demais espaços do território<sup>19</sup>, voltando-se para o sujeito, para sua singularidade, história, cultura e para sua vida cotidiana, procurando desenvolver a construção de autonomia e escolhas por parte dos usuários (AMARANTE, 1995).

O CAPS AD da cidade de Piraquara foi criado no início do ano de 2006 devido à forte demanda da população em serviços que atendessem a saúde mental de uma forma geral e ao uso de álcool e outras drogas especificamente. O Centro abrange toda a população da cidade e tem como papel o de ordenador de território. Uma forma encontrada pela equipe para estabelecer esse reconhecimento sobre a área de abrangência foi o de manter o serviço com a “porta aberta”, ou seja, disponibilizando um plantão diário de

---

<sup>19</sup> Território é o nome dado pelos serviços de saúde à área territorial de abrangência de uma unidade específica do serviço.

acolhimento, aberto a demanda espontânea da população, além dos casos referenciados por outros equipamentos do município como: unidades de saúde, hospitais psiquiátricos, Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), conselho tutelar, dentre outros.

Esse serviço se faz com diversos mecanismos, atividades e profissionais como: Oficinas Terapêuticas, que tem como responsável uma terapeuta ocupacional auxiliada por trêsicineiros: uma artista plástica, uma atriz e um músico. Os atendimentos individuais e em grupos são feitos por todos os profissionais: psicólogos, assistentes sociais, profissionais de enfermagem, agente operacional, assistente administrativo, terapeuta ocupacional, e médicos – psiquiatra e clínico geral. São feitos também, grupos com familiares pela assistente social, além de atividades comunitárias e assembléias quinzenais que contam com a participação de todos os técnicos e usuários. Além do corpo de profissionais supracitados, esse serviço conta com duas estagiárias da área de psicologia<sup>20</sup>.

Os CAPS AD têm como finalidade prestar atenção psicossocial diária para pessoas portadoras de transtornos decorrentes do abuso ou dependência de álcool e outras drogas, em quadro de severidade e/ou persistência que justifiquem acompanhamento nas modalidades intensiva, semi-intensiva e não intensiva. A definição da forma de acompanhamento deverá se pautar principalmente pelo grau de autonomia do usuário em relação ao uso da substância e também referente a outros aspectos da sua vida, como as relações sociais, familiares e o trabalho, enquadrando as atividades dentro das modalidades descritas acima (AMARANTE, 1995).

A modalidade de acompanhamento intensivo deve atender às pessoas com grave sofrimento psíquico devido ao abuso da substância que se encontram em situação de crise ou com dificuldades intensas no convívio social e familiar. Essa modalidade prevê acompanhamento diário, durante cinco dias da semana, preferencialmente quatro horas diárias. Os objetivos propostos para essa modalidade a serem contemplados no projeto terapêutico

---

<sup>20</sup> Enquanto estagiária é importante ressaltar que o serviço não conta com um programa de estágio efetivado, e nesse sentido o presente trabalho desenvolveu-se a partir de uma busca voluntária devido ao interesse no tema e na área. As atividades no CAPS AD fizeram parte do Estágio Profissional em Trabalho, atividade obrigatória prevista no currículo, supervisionado semanalmente pelo professor Dr. João Henrique Rossler.

seriam: trabalhar pela abstinência, caso seja vontade do usuário ou pela redução do consumo procurando melhorar a condição da saúde e reduzir os danos; realizar avaliação geral clínica e psiquiátrica; propiciar que o usuário conheça o CAPS em sua totalidade; e proporcionar espaços terapêuticos para que o usuário possa se expressar de maneira verbal e não verbal, além de conhecer os aspectos relevantes ao tratamento da vida do usuário e de sua família.

O acompanhamento semi-intensivo se destina ao usuário cujo quadro de sofrimento e desestruturação diminuiu, melhorando as possibilidades de relacionamento, mas que ainda necessita de atenção freqüente. Nesse momento do tratamento objetiva-se: evitar recaídas ou manter o padrão controlado do consumo; reforçar ou iniciar atividade de produção, e de convívio para fora do CAPS, aliados a outros recursos da rede de saúde mental; aprofundar as atividades psicoterapêuticas; e envolver os familiares em atividade comunitárias relacionadas ao CAPS.

E, por último, a modalidade não-intensiva deve contemplar usuários com um grau elevado de autonomia em relação ao consumo da substância de dependência e na produção e reprodução de sua vida. Assim, o trabalho visa orientação quanto à estruturação de projetos de vida e preparação da alta terapêutica do usuário.

Como dito anteriormente existem diversos grupos e tipos de atendimentos a fim de atender especificamente as necessidades de cada usuário. Para isso estabeleceu-se uma espécie de fluxo de atendimento que vai desde o acolhimento do usuário que chega ao serviço, passando pela formulação de um projeto terapêutico específico para a demanda do indivíduo e a possível transição deste, com a melhora, pelas modalidades de intensidade já descritas. Um esquema ilustrativo do fluxo interno presente no CAPS AD da cidade de Piraquara:

“Acolhimento individual    Acolhimento em grupo    1ª sessão – psicológica  
Avaliação do clínico geral    2ª sessão – médica    3ª sessão – assistência  
social    4ª sessão – terapia ocupacional    Avaliação Psiquiátrica    Definição  
do Plano Terapêutico de acordo com as modalidades”.

Especificamente, o estágio desenvolveu-se como uma proposta de continuidade do estágio de observação feito anteriormente, desenvolvido no

mesmo local, que tinha como objetivo acompanhar o grupo chamado “Projeto de vida”, coordenado por uma psicóloga e outras atividades como: acompanhamento de um “plantão de acolhimento individual”, participação das reuniões de equipe, participação nas assembleias e atividades comunitárias.

Nesses espaços observados constatou-se uma forte demanda dos usuários em melhor discutir questões de suas vidas que fossem relacionadas ao mundo do trabalho e a interface desse com o sofrimento que tinham e com outros setores de suas vidas. Acredita-se que essa demanda tenha surgido de uma necessidade concreta dos usuários que já estavam com a alta planejada, por estarem em processo de redução do uso da substância, e reorganizando seus cotidianos, de pensarem suas vidas para além do atendimento no CAPS AD, pela emergência de refletirem mais seriamente sobre a sua reinserção no mercado de trabalho a fim de sustentarem a si e seus familiares. É importante a ressalva que a maior parte dos trabalhadores que trouxeram essa demanda estava no momento sem trabalho, alguns por estarem afastados de seus empregos pelo INSS e outros desempregados de fato.

Desta forma, a proposta de continuação do estágio consistiu na idéia do desenvolvimento do grupo que será aqui analisado. Essa proposta consolidou-se em um grupo cujo tema principal foi “O sentido do trabalho para os usuários”. O grupo teve como função a tentativa de promover a reflexão dos usuários sobre suas relações de trabalho e suas interfaces com outros setores de suas vidas e principalmente seu adoecimento psíquico. A proposta dos encontros foi pensada em três etapas a partir da fundamentação teórica da Psicologia Sócio-Histórica ou Histórico-Cultural na perspectiva da Saúde do Trabalhador.

A primeira etapa teve como objetivo fazer o resgate histórico com os usuários de suas vidas, suas relações de trabalho e a interface com o início do uso da substância. Consistiu em quatro encontros que buscaram recordar: o primeiro trabalho e as sucessivas mudanças de emprego que se decorreram; qual atividade desenvolvia especificamente; quais eram as condições de trabalho; o que levou a essas trocas de empregos, etc. Aliado a esse histórico buscou-se desenvolver em que momento iniciaram o uso do álcool e outras drogas; que trabalhos estavam desenvolvendo no momento e o que ocorria em suas vidas; como era a conciliação entre trabalho e uso; que prejuízos e/ou

consequências tinha ao trabalho, entre outros. Nessa trajetória buscou-se compreender a realidade e história desses trabalhadores a fim de conhecer com mais profundidade a situação de trabalho da classe trabalhadora que utiliza o serviço do CAPS AD, além da tentativa de perceber qual o sentido assumido pelo trabalho na vida desses trabalhadores.

A segunda etapa teve como objetivo auxiliar os trabalhadores a refletirem sobre questões atuais de suas vidas, os impactos de todas as problemáticas trabalhadas anteriormente com enfoque no momento presente. Consistiu em três encontros que buscou compreender a situação de trabalho atual vivida por eles, que em sua maioria era o afastamento do trabalho, pelo INSS, o desemprego e a aposentadoria, muitas vezes por invalidez. Aliado a isso, debateu-se essas condições de “falta de trabalho” em âmbitos mais gerais, buscando compreender essa situação no Brasil e no mundo atualmente. Outra questão discutida foi o impacto dessa situação atual de trabalho em seus cotidianos, que incluiu: o tratamento no CAPS AD; as atividades domésticas que passaram a desenvolver; os “bicos” que faziam durante esse período; o preconceito que sofriam da sociedade, da família e de si próprios pela situação; entre outras.

E por fim, a terceira etapa buscou auxiliá-los no planejamento de ações futuras de suas vidas, relacionando com o passado e o presente. Foram três encontros que trabalharam as expectativas e projetos elaborados por eles para a continuidade da vida depois da alta no serviço; as possibilidades e limitações da reinserção no mundo do trabalho promovida pelo CAPS AD, e também devido a própria condição de dependência química; elucidadas as obrigações e os direitos deles enquanto trabalhadores, tanto no concernente aos direitos humanos e usuários do sistema de saúde mental quanto ao direito de organização dos trabalhadores enquanto classe social na busca por uma mudança nas relações sociais impostas; mecanismos utilizados pelo CAPS AD para esse fim como a Associação dos Usuários dos CAPS de Piraquara; aliou-se a essa discussão questões de âmbito mais reflexivo como o que é ser um trabalhador, juntamente com o debate de autonomia e liberdade, em interface com as relações sociais e as relações de trabalho.

Teve a participação de cerca de 20 usuários, divididos em dois grupos, feitos sob a mesma proposta, que ocorreram em períodos diferentes, tendo a

duração do primeiro de maio a agosto, e o segundo de setembro a dezembro de 2009. Os encontros ocorriam semanalmente, com duração de uma hora e meia.

Em sua maioria os grupos eram compostos por trabalhadores das áreas: construção civil, como auxiliar de pedreiro em sua maioria; fábricas de diversos ramos, como operadores de máquinas, de transporte, principalmente como motoristas de caminhão; e na área de serviços gerais em diversas empresas, que engloba basicamente a limpeza desses espaços.

Não foi analisado sistematicamente o grau de escolaridade dos usuários, entretanto, percebe-se pelas atividades que a maioria do grupo encontrava-se entre a 4ª série completa e o primeiro grau completo; porém com alguns casos de semi-alfabetização e de analfabetos totais.

Os trabalhadores eram todos do sexo masculino; tinham uma média de idade entre 35 e 50 anos, e com o tempo de uso do álcool ou outras drogas em torno de 20 e 25 anos. Em relação à idade, situavam-se na faixa etária da chamada população economicamente ativa, ou seja, fase adulta que provê seu próprio sustento através do trabalho.

Os usuários em tratamento no CAPS AD, em sua maioria, possuíam e possuem um alto grau de dependência da substância química utilizada e um fato importante para essa avaliação é o tempo de uso da droga. Os participantes do grupo apresentaram uma história recorrente, de início do uso do álcool muito precoce, com 10 e 11 anos em média, e um tempo muito prolongado desse uso, totalizando na maioria das vezes, 20 anos ou mais, o que equivale dizer o final de sua infância, toda sua adolescência e começo da idade adulta. A precocidade apareceu entre os usuários também em relação à inserção no trabalho. A maioria dos usuários auxiliou o pai em seu ofício desde a infância e tiveram o primeiro trabalho remunerado perto dos 10 anos de idade. Todos os usuários estavam afastados do trabalho durante o tratamento no CAPS, mas especificamente durante o tempo em que freqüentaram o grupo.

Os grupos foram formados com usuários que estavam em tratamento nas modalidades semi-intensiva e não intensiva, devido ao grau de organização e autonomia que já possuíam em relação a droga, o que dava a possibilidade de discussão de questões referentes ao processo de alta do tratamento, que incluía o retorno ao trabalho.

Para análise e discussão proposta nesse trabalho trataremos dos acontecimentos e impressões dos grupos de maneira a não diferenciá-los, por entender que tiveram caráter complementar em relação a proposta e por fazer parte da mesma dinâmica de trabalho no estágio, observando a semelhanças ocorridas nesse processo devido a similar natureza dos grupos.

#### 4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS ENCONTROS: A PRÁXIS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Nesta análise procuraremos fazer uma discussão a respeito do conteúdo trazido pelos usuários nos grupos, através de suas falas e produções<sup>21</sup>, com o intuito de verificarmos na realidade as formulações que desenvolvemos ao longo deste trabalho e possibilitarmos a unidade dialética entre teoria e prática contribuindo para o movimento da construção teórica e da atividade prática.

É importante ressaltar que nem todas as questões citadas pelo grupo poderão ser abordadas e/ou aprofundadas devido ao tempo e possibilidades nesse momento do desenvolvimento deste trabalho. Focaremos principalmente no que foi concernente ao trazido sobre o adoecimento, o que significa neste caso a dependência química<sup>22</sup> e a relação deste com o trabalho. Assim, será desenvolvida uma análise do grupo, em articulação com o estudo conceitual desenvolvido nesse trabalho, buscando o aprofundamento dos aspectos relacionado ao tema deste estudo.

Desta maneira, a partir do materialismo histórico-dialético, entende-se o trabalho como vital ao desenvolvimento humano (MARX, 2008), ao analisarmos essa atividade na vida do sujeito, é preciso compreender esse conceito como central na investigação do desenvolvimento de seu psiquismo e conseqüentemente de seu adoecimento. A categoria trabalho, deve ser

---

<sup>21</sup> Enquanto coordenadora do grupo em questão relatei os encontros de maneira sistematizada, entretanto, nem todas as anotações são *ipsis litteris* a fala dos usuários. Algumas anotações foram feitas sobre a discussão de um modo geral, e sínteses do debate e depoimentos que ocorreram. Desse modo, as falas que estiverem na íntegra serão colocadas entre aspas e em itálico, e as que referirem-se as demais anotações estarão apenas entre aspas.

<sup>22</sup> Neste trabalho, devido o pouco tempo, e necessidade de delimitação do objeto de pesquisa, não foi desenvolvido um aprofundamento na temática das drogas, tanto em seu âmbito econômico relacionado ao consumo e venda, nem em relação a especificidades do agravo de seu uso a saúde do trabalhador. Elaborou-se uma discussão geral a respeito do adoecimento psíquico da classe trabalhadora sem a análise particular de nenhuma patologia.

entendida em sua dimensão ontológica e averiguada em sua concretude na vida do indivíduo, de modo a compreendê-la inserida no modo de produção capitalista, sob relações de alienação (MÉSZÁROS, 2006).

Assim, observa-se que os usuários do CAPS AD, em sua maioria, são sujeitos que vivem de seu próprio trabalho, expropriados dos meios de produção, que sobrevivem com a venda de sua força de trabalho, em outras palavras, pertencentes à classe trabalhadora (MARX & ENGELS, s/d); especificamente exercem profissões como pedreiro, motorista, operário de fábrica, servente, entre outras.

Essas atividades, conforme relatado pelos participantes, são trabalhos nos quais recebem baixa remuneração se comparado ao grau de dificuldade e responsabilidade do ofício exercido. A queixa maior dos usuários nesse sentido é a contradição de produzirem bens, riquezas e não poderem utilizá-los. Em suas palavras: *“muitos produzem, poucos usufruem”*; *“existe uma inversão de valor, eu limpo a casa e um monte suja”*; ou ainda, *“devia voltar ao tempo da troca, seria justo dividir a riqueza com aquele que trabalha”*.

Essas observações feitas por eles, explicitam, mesmo que de maneira confusa e superficial, a percepção dos usuários de não poderem se apropriar dos produtos de seus trabalhos. Remete-nos ao conceito de alienação de Marx (2008b), especificamente no concernente a alienação em relação ao produto do trabalho.

O ser humano se apropria da natureza nas suas relações, e por meio dela desenvolve meios para que possa viver. Essa relação é sempre mediada pelo Trabalho, em sua forma ontológica, ou seja, como condição a existência humana, segundo Mézàros (2006), uma mediação de primeira ordem.

O que se constata no capitalismo, entretanto, é que os produtos desenvolvidos pelo trabalhador tornam-se externos a ele. São transformados em mercadoria, ou seja, a relação entre o sujeito e o produto não está mais diretamente ligada pelo trabalho, mais sim, pela mediação do salário (MÉSZÁROS, 2006), e no caso dos usuários do CAPS em questão, pelo baixo salário. E nesse sentido, torna-se clara a restrição ao acesso do trabalhador a seus produtos, reservando-se, na maioria das vezes a compra de mercadorias mais básicas e elementares a sua reprodução e a de sua família.

Essa impossibilidade de acesso dos usuários aos bens produzidos torna-se clara quando investigado no grupo sobre o sentido do trabalho para os participantes. De prontidão obtiveram-se respostas como: “*trabalho para sobreviver*”; “*cada profissão tem um objetivo na sua área, primeiro sobreviver, depois progredir*”; “*trabalho é igual a necessidade de sobreviver*”, entre outras. Explicita-se, desta maneira, a constatação de Marx (2008b) que o sujeito trabalha para manter-se vivo, e vive para manter-se trabalhador.

Nesse sentido observa-se a vida humana, quase restrita a luta animal pela manutenção da espécie. Como já explicitado no primeiro capítulo, o ser humano criou novas necessidades em suas relações com a natureza e com outros homens, e desta forma emancipou-se da subordinação do corpo biológico, necessitando apropriar-se de seu “corpo inorgânico”, as produções genéricas (MARX, 2008b). Entretanto, com a mediação do salário, o trabalhador torna-se impossibilitado do acesso às dimensões do ser social, havendo uma relação de alienação dos trabalhadores com as produções da humanidade, aproximando-o conseqüentemente de sua condição animalésca (MARX, 2008b).

Para a investigação sobre o processo de trabalho, foi solicitado aos usuários a descrição de suas condições de trabalho, bem como o relato do cotidiano de suas atividades. Majoritariamente referiram-se as dificuldades encontradas no trabalho. A alta temperatura presente no interior na fábrica, o cansaço ininterrupto devido à longa jornada de trabalho e a intensidade da repetição da atividade<sup>23</sup>. A queixa do “trabalho pesado” também foi feita pelos trabalhadores da construção civil, estes trouxeram a “responsabilidade” e “periculosidade” presente nesse ofício e destacaram-na como a atividade “mais desgastante entre todas as citadas”. Relataram que a exigência de tempo para o término da obra, em detrimento do clima, e das condições de segurança, tornam o trabalho extremamente “desgastante” e até “torturante”<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Essa queixa foi presente na totalidade dos trabalhadores que já exerceram trabalho fabril.

<sup>24</sup> Segundo relato dos participantes, contraditoriamente, os equipamentos de proteção individual como: capacetes, luvas, botas, cintos de proteção, entre outros, também são causadores de problemas. Eles relataram que esses equipamentos causam, na maioria das vezes, um desgaste ainda maior no processo de trabalho, pois por serem feitos em grande escala, indiferente ao corpo de quem está usando, causam ferimentos, e em outros casos, como os cintos, apertam o trabalhador, o que deixa os movimentos do corpo limitados. Apresenta-se como uma contradição, pois o material que deveria proteger o trabalhador acaba por minimizar alguns riscos, mas em compensação gera outros problemas a saúde do trabalhador.

Marx (2008b) estudou essa característica da alienação, do não reconhecimento do trabalhador no processo de sua atividade, e a ilustrou afirmando que o sujeito somente sente-se satisfeito quando fora do trabalho, e descontente quando no trabalho. Desta forma, se compreendemos o Trabalho como constituinte do sujeito (MARX, 2008a), ao transformar-se em agente mutilador do homem, essa atividade cindi o trabalhador no mais profundo alicerce de sua personalidade.

Os usuários do grupo relacionaram seu adoecimento, justamente com as péssimas condições de trabalho encontradas em suas trajetórias de vida. Os participantes localizaram a origem do uso do álcool ou de outras drogas ainda na infância, e muitas vezes, a associam com o uso em família. Em contrapartida, o acirramento do consumo e a consolidação da dependência foi, na maioria das vezes, visto em articulação com o trabalho. Nesse sentido, o adoecimento propriamente dito, em outras palavras, a dependência que passou do uso lúdico ao sofrimento, é entendida pelos trabalhadores como alentada pela atividade que passaram a exercer para sobreviver.

A relação entre trabalho e sofrimento psíquico ficou mais evidente na descrição da forma do uso das drogas em seus cotidianos. Relataram que em muitos casos bebiam no próprio local de trabalho, como os serventes de pedreiros, a fim de “minimizar o cansaço e a dificuldade do trabalho”. Os que lidavam com água no ofício, lavando caminhões ou animais, trouxeram que “no frio a baixa temperatura tornava-se insuportável sem o uso do álcool e do crack”. Os motoristas, principalmente os caminhoneiros, expuseram que a maçante tarefa de dirigir por quilômetros somente tornava-se possível com o “uso do rebite<sup>25</sup> e do “álcool”.

Percebeu-se nos encontros, que o adoecimento psíquico, veio por agravar em suas vidas a condição de expropriação vivida. Os participantes eram, na maioria dos casos, filhos de trabalhadores rurais, que migraram para cidades a busca de melhores empregos. O trabalho pesado e a baixa remuneração estiveram presentes em suas vidas desde a infância. Aliado ao

---

Devido ao desconforto, muitas vezes os trabalhadores se abstêm do uso do equipamento o que em caso de acidente os expõem a um risco ainda maior.

<sup>25</sup> Rebite ou bolinha é o nome dado pelos motoristas a uma droga derivada da anfetamina que estimula o sistema nervoso central fazendo com que mantenha um ritmo mais acelerado de trabalho. Para maiores informações ver: [www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/anfetami.htm](http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/anfetami.htm) .

uso das drogas essa situação os tornou ainda mais empobrecidos. Segundo eles, com a dependência, acabaram por vender os poucos bens que conseguiram comprar, como: casa, carro, eletrodomésticos, entre outros, para poder “sustentar o vício”.

Ainda nesse sentido, a possibilidade de acessarem a escola, tarefa que já era difícil devido à necessidade que tinham de trabalhar, tornou-se ainda mais distante com o uso das substâncias. A difícil conciliação entre educação e trabalho, segundo Klein e Klein (2008) é um fato recorrente na vida dos trabalhadores, principalmente pela impossibilidade de tempo devido a intensa jornada de trabalho vivida pelos trabalhadores. Aliado a dependência química, tanto o interesse quanto as próprias funções cognitivas necessárias a aprendizagem foram possivelmente prejudicadas.

Esse fato foi evidenciado no grupo, em diversas atividades que englobavam a escrita, a sistematização de idéias, e, até mesmo, em exercícios que eram solicitados o planejamento de algo a ser executado futuramente. Como já visto nos capítulos anteriores, o trabalho alienado cinde a capacidade teleológica do sujeito quando o limita ao desenvolvimento parcial de sua atividade (MARX, 2008b).

Essa cisão, em conjunto com o limitado desenvolvimento do pensamento abstrato e do sistema de conceitos<sup>26</sup>, evidenciou a parcialidade do desenvolvimento desses sujeitos. A impossibilidade de acesso dos indivíduos as produções genéricas, como a escrita, por exemplo, veio explicitar o desenvolvimento unilateral dos usuários. Vigotski (s/d) discorreu sobre essas dificuldades no desenvolvimento pleno dos Homens, e atribuiu esse fato a própria divisão de classes da sociedade. A corrupção da personalidade humana (MARX, 2008a) ao invés do desenvolvimento omnilateral do ser humano, acaba por ser uma das produções características do capitalismo (VIGOTSKI, s/d). Segundo Marx (2008b), no capitalismo os sentidos humanos são todos substituídos pelo sentido do ter, o que brutaliza as potencialidades ontologicamente humanas.

Segundo Martins (2007), a alienação, fundamentada na divisão técnica do trabalho aliada à propriedade privada dos meios de produção, tem

---

<sup>26</sup> Instrumentos psicológicos, vide primeiro capítulo.

consequências também na constituição da subjetividade dos indivíduos, que foi chamado pela autora de nível psicológico da alienação. Nesse sentido, a relação complementar entre indivíduo e sociedade torna-se antagônica, o que cria uma cisão, uma negação da relação do homem com seu meio social, gerando uma existência a-crítica.

Conforme explicitado no segundo capítulo, o “sentimento de falta de poder”, o “sentimento do absurdo”, o “isolamento”, o “auto-estranhamento” e a “anomia” foram classificações dadas para as possíveis manifestações da alienação no psiquismo do sujeito. Esses conceitos foram empregados neste trabalho com o intuito de ilustrar esses sofrimentos de modo a contribuir com elementos para análise do grupo. Acredita-se que se trata do início de um estudo e formulação sobre o tema, o que faz com que não se esgote todas as possibilidades dessa investigação.

Em nosso grupo pudemos perceber que esses sentimentos se manifestaram de modo desorganizado e por vezes híbridos, mas que de certa forma, apareceram no decorrer dos encontros.

Evidenciou-se, na fala dos participantes, a falta de percepção da totalidade das determinações que influem sobre suas vidas, e especificamente, sobre seu adoecimento. O “sentimento de falta de poder” e “sentimento do absurdo”, descritos por Martins (2007) ilustram justamente essa atribuição dos acontecimentos na vida do trabalhador a causas internas (subjetivas) ou a casualidades e infortúnios. No grupo, trouxeram explicações sobre o adoecimento como “herança genética”, “culpa das más companhias”, “*gênio fraco*”, entre outros. E mesmo quando identificada a correlação com o trabalho, essa se demonstrou superficial e sempre acompanhada de demais explicações como: “*o diabo atenta*”, entre outras.

Em síntese, os usuários, na maioria das vezes, não se sentem sujeitos de suas vidas. Atribuem à pobreza, e até mesmo os baixos salários, a má sorte e ao fato de “terem se esforçado pouco para chegar onde queriam”. Esse elemento do esforço pessoal é claramente ideológico no sentido que faz com que o sujeito atribua a si, e não a totalidade das determinações, o sucesso ou o fracasso de suas vidas.

A “alienação de si”, ou “auto-estranhamento” estaria justamente interligada com o fato do sujeito buscar fora de si um sentido, ou recompensas

de sua vida e de seu trabalho (MARTINS, 2007). Entende-se que o sentido pessoal da atividade está sempre em relação direta com o significado social da ação desenvolvida (LEONTIEV, 2004). A mediação da propriedade privada dos meios de produção (as mediações de segunda ordem) faz ocorrer uma cisão na personalidade do sujeito, o que acaba por haver uma oposição do sujeito com sua própria atividade vital. A alienação transforma em opostos o universo de significação social e pessoal, tornando-os um a negativa do outro (MARTINS, 2007). Ocorre assim, uma desarticulação e uma dicotomização no sujeito entre as principais dimensões da atividade humana: objetiva e subjetiva.

No grupo isso se tornou evidente no processo de individualização e subjetivação dos problemas apresentados. Apesar de observarem entre eles uma história comum quanto aos ofícios desenvolvidos e a dependência química, identificavam sempre qualquer possibilidade de superação dessa situação através de uma saída individual, entendendo-se sempre como independentes do mundo em seu entorno.

O “isolamento”, explicitado por Martins (2007), aparece também como consequência da cisão entre sujeito e sociedade. Para autora, esse sentimento equivaleria à desesperança, uma atribuição negativa aos objetos sociais, justamente pelo distanciamento do indivíduo do todo social. A reflexão dos participantes sobre a situação atual de suas vidas: o CAPS, o tratamento, o preconceito que sofriam, e a situação presente de desemprego e afastamento do trabalho, vinham acompanhada, além de uma tentativa individual de superação, da baixa expectativa de suplantar essas condições. A falta de perspectiva de conseguirem um emprego diferente dos anteriores e de obterem êxito no tratamento tem como base a realidade da situação em que se encontra a classe trabalhadora, como visto nos altos índices de desemprego e adoecimento da classe (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001), bem como nos relatos dos participantes do grupo sobre as condições de trabalho.

A “anomia” ou a “falta de normas”, descrita por Martins (2007), se interliga exatamente com as saídas individuais encontradas pelos trabalhadores para suportarem as difíceis condições de vida. O distanciamento das produções genéricas, provenientes das circunstâncias de opressão dos trabalhadores são expressas no rompimento dos indivíduos de seus vínculos com o sistema: leis e normas sociais (MARTINS, 2007). O uso de drogas feito

pelos usuários explicitariam uma alternativa encontrada por eles para aguentarem a exploração sofrida no trabalho alienado. Deste mesmo modo, ações como roubos, que inclusive os levaram a prisão, em alguns casos, demonstrariam também o rompimento de leis em busca de uma saída desesperada de superar a situação de miséria vivida.

Apesar de pouco desenvolvida a investigação dos aspectos da vida pessoal dos usuários, para além do trabalho, foi possível, também, a observação do empobrecimento dessas relações. Como demonstrado nos encontros, os usuários, na maioria dos casos, trouxeram muitas queixas e reclamações de suas esposas e filhos, alegando o preconceito e a não compreensão destes de sua situação de adoecimento. Relataram também a “falta do que fazer” que sentem ao ficarem em casa durante o tratamento e o quanto essa situação causa brigas familiares o que, segundo eles, acaba por influenciar possíveis “recaídas”.

Eles trouxeram que o trabalho, mesmo que extremamente desgastante, acaba por fazer falta no cotidiano, visto que “ficar sem fazer nada” torna-se pior na medida em que se sentem sozinhos, entediados, o que os leva a “pensar em beber novamente”.

Para Heller (2008), isso ocorre, pois não existiria uma diferença entre a vida social e pessoal, pois ambas as esferas fariam parte na singularidade do indivíduo. Segundo Martins,

[...] a vida pessoal reflete o sistema da produção social, da divisão social do trabalho, enfim, a *economia doméstica* reflete a *economia política* de tal forma que as próprias relações interpessoais na esfera da vida familiar das relações entre os sexos, da amizade, do tempo livre etc. acabam estruturando-se também na base de um complexo sistema de trocas no qual impera a fetichização (MARTINS, 2007, p. 135).

Portanto, o psiquismo humano, permeado por relações de alienação, perderia a coerência necessária entre o indivíduo e todas as esferas de sua vida: consigo mesmo e com sua atividade vital. Segundo a autora, por esse processo a individualidade converte-se em individualismo.

A fetichização e o individualismo abarcariam, deste modo, tanto o âmbito do trabalho social quanto no âmbito da vida pessoal, “uma vez que a ordem de

relações políticas e econômicas subordina a si o próprio desenvolvimento psíquico” (MARTINS, 2007).

Ressalta-se, que não foi possível a mensuração do auxílio do grupo na compreensão dos trabalhadores de suas condições alienadas de vida e trabalho. Observaram-se algumas manifestações de aceitação do grupo de elementos trazidos pela coordenadora e também a demonstração de interesse por parte dos participantes nas atividades, entretanto, acredita-se que um real avanço no tratamento poderá ser observado somente através de um acompanhamento mais sistemático e em longo prazo.

Martins (2007) nos fornece alguns elementos para compreender essa situação referindo-se a consciência do indivíduo sobre a alienação. Utiliza Monteiro (1991) para afirmar que a possibilidade de que o indivíduo tenha consciência da alienação depende do grau com que possa ser rompido o círculo vicioso entre ideologia e alienação. A ideologia é definida aqui como “falsa consciência, como um sistema de atitudes, valores, representações e crenças que busca justificar uma dada ordem política e socioeconômica distorcendo o que a contradiz” (MARTINS, 2007)<sup>27</sup>.

Esse sistema criaria uma distorção da realidade alienada o que colocaria o indivíduo cada vez mais a mercê da ideologia. Assim, para ela, o problema da consciência da alienação dependeria de dois tipos de reação do sujeito, ambos mobilizados pela correspondência entre os processos objetivos e subjetivos da alienação, seriam eles: a ignorância total do estado de alienação e a consciência do estado psicológico produzido pela alienação como um fenômeno particular e natural (MARTINS, 2007). De acordo com a autora, esses dois tipos de reações resultariam na concepção habitual de que o mundo encontra-se em estado de total normalidade, o que isentaria o sujeito de localizar seu papel na possibilidade de transformação de qualquer situação. Ao mesmo tempo, se localizaria nos indivíduos as causas dos “desajustes, do mal-estar, das incoerências, das inseguranças, etc. gerando como consequência os sentimentos de culpa e autonegação” (MARTINS, 2007).

Deste modo, como a alienação é característica inerente a essa organização social capitalista, a conscientização dos indivíduos sobre a

---

<sup>27</sup> Por não ser objetivo desse trabalho não será feita uma análise mais profunda do conceito.

alienação, seria revelada na medida em que o sujeito pudesse compreender em maior ou menor grau sua existência para além da particularidade, ou seja, buscando uma compreensão da relação de seu ser singular, com o ser genérico (MARTINS, 2007).

Acredita-se, portanto, que as ações desenvolvidas no grupo, puderam contribuir para o contato dos usuários com: a história do Trabalho, da sociedade capitalista, da arte, de debates filosóficos, meios de organização da classe trabalhadora, entre outras. Mesmo com inúmeras dificuldades (dado o curto período de tempo, a falta de experiência da coordenadora, somado aos limites colocados pelo próprio sistema, conforme já explicitado), puderam ter auxiliado na relação dos usuários com o gênero humano e, portanto, no fomento da superação da sociedade de classes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procuramos desenvolver uma investigação, pelas bases do materialismo histórico-dialético das causas do adoecimento psíquico da classe trabalhadora a fim de contribuir com reflexões que possam servir para o enfrentamento dessa condição.

Para tanto, traçamos um caminho de estudo que objetivou estudar a categoria Trabalho em sua dimensão ontológica, o que contribuiu para o entendimento do desenvolvimento do homem como ser social e histórico bem como o psiquismo humano consequente dessa atividade. Estudamos também, a gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista, a divisão social e técnica do trabalho, a apropriação privada dos meios de produção e o surgimento da burguesia e do proletariado, a fim de compreendermos como o trabalho se manifesta nesta sociedade.

Com a intenção de aprofundarmos a compreensão do trabalho no capitalismo estudamos: a categoria alienação, a determinação do trabalho alienado no psiquismo humano e a relação deste como o adoecimento psíquico da classe trabalhadora, a luz da Psicologia Histórico-Cultural. E ainda, um breve apontamento dos avanços e limites da atuação da ciência psicológica nessa área.

Trabalhamos também no estudo de uma experiência de estágio, desenvolvida em um CAPS AD, com um grupo de trabalhadores, a partir da fundamentação da Psicologia Histórico-Cultural. A explicitação das atividades de estágio teve o objetivo de relacionar a teoria e a prática, desenvolvido ao longo deste trabalho.

Percebemos no caminho deste estudo a importância de se considerar a categoria Trabalho como central no desenvolvimento do psiquismo humano, de modo a compreendê-lo em seu sentido social e histórico. Deste modo, podemos apontar que a contextualização dessa categoria, bem como da sociedade capitalista como um todo, pode possibilitar ao psicólogo a compreensão dos fenômenos psicológicos como frutos da materialidade do entorno social, o que auxilia na desnaturalização e não individualização dos problemas psíquicos.

Desta maneira pudemos afirmar positivamente nossa hipótese de que o sofrimento psíquico não decorre de uma condição natural, de um desvio social ou de anormalidade, mas que pelo contrário, o adoecimento tem como fundamento as condições objetivas que configuram a subjetividade do indivíduo.

Com base no estudo conceitual desenvolvido pôde-se perceber ainda que a outra hipótese levantada – de que as relações alienadas de trabalho no capitalismo intensificam o adoecimento psíquico dos trabalhadores – apresenta-se como verdadeira na medida em que se evidenciou a determinação do trabalho alienado, objetiva e subjetivamente na totalidade da constituição do sujeito, o que engloba conseqüentemente seu psiquismo e as manifestações patológicas deste.

Observamos também nesse trabalho a existência de uma grande quantidade de produções do campo da psicologia sobre o tema, mas que em contrapartida a maioria dessas investigações limitou-se a compilação de dados e descrição do fenômeno do adoecimento, sem, no entanto, investigarem na raiz as reais causas dos problemas psicológicos. Vigotski ajuda-nos a compreender essa deficiência das teorias psicológicas e explicita a gênese burguesa e reacionária dessa ciência (VIGOTSKI, 2004).

A partir dessa constatação torna-se necessária o aprofundamento da discussão da temática do processo de saúde e doença da classe trabalhadora fundamentado em uma investigação histórica e materialista, indo a fundo à gênese desses problemas. Nesse sentido, faz-se imprescindível a expansão dessa discussão a Psicologia Histórico-Cultural a fim de produzirmos com mais afinco proposições que auxiliem concretamente no enfrentamento dessa questão.

Ponderou-se também, baseado nas leituras feitas, que a intervenção psicológicas na resolutividade do sofrimento da classe trabalhadora está limitada às condições materiais encontradas na sociedade. Isso significa que uma real melhora nesse problema não se dará exclusivamente pela intervenção da ciência, visto que essa muitas vezes é fator e meio de produção da alienação, e principalmente porque são necessárias condições objetivas econômicas sociais e políticas para essa transformação.

Em contrapartida, devido à contradição dialética, é nesta mesma sociedade que estão postos os elementos necessários a sua superação, o que significa que uma ciência revolucionária pode contribuir para a organização de meios subjetivos de enfrentamento da contradição entre capital e trabalho.

Nesse sentido, como explicitado que a alienação não é somente um processo realizado na consciência, mas sim uma condição objetiva de um estranhamento real do indivíduo em seu processo de trabalho bem como de um distanciamento entre o indivíduo e o gênero humano, a sua superação poderá ocorrer somente através de transformações concretas na estrutura do sistema que dá base a essas relações de classe e assalariamento (MÉSZÁROS, 2006).

Acredita-se, entretanto, que a ciência psicologia, em especial a Psicologia Histórico-Cultural, pode buscar meios de incidir no adoecimento psíquico da classe trabalhadora, de modo a procurar estratégias que explicitem aos trabalhadores as contradições da sociedade capitalista e os auxiliem a tornarem-se mais conscientes dos processos de alienação (MARTINS, 2007).

Isso significa que,

[...] apenas à medida que os indivíduos puderem retornar para si o controle consciente das transformações das circunstâncias e de si mesmos, estarão a caminho da necessária prática revolucionária, condição essencial na superação da alienação (MARTINS, 2007, p. 137).

Esse processo implica que o sujeito aprenda a reconhecer a totalidade de suas determinações, o que motiva sua ação e seus pensamentos, colocando-a em relação com suas consequências reais, para si e para os demais. É através da análise dessas articulações que as expressões ideológicas vindas da alienação poderão ser identificadas, reconhecidas e assumidas, entretanto, não mais de forma passiva, mas sim crítica (MARTINS, 2007, p. 138).

Finalizando faz-se necessário o registro de quão satisfatório foi a realização deste trabalho, principalmente nas razões que me fizeram reforçar a necessidade de um estudo crítico e contestatório. Em uma época em que a ideologia neoliberal assola o saber científico e o coloca ainda mais a mercê de uma produção descomprometida, reforçamos a importância de estudos no campo da psicologia que busquem localizar as bases reais da subjetividade

humana, para que possamos cada vez mais contribuir para a emancipação do saber científico, e da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luis. Apresentação. In: KLEIN, Lígia Regina. Alfabetização: quem tem medo de ensinar? São Paulo: Cortez; Campo Grande: Editora da Universidade de Mato Grosso do Sul, 1996.

AMARANTE, Paulo. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1995.

BARROCO, Sonia Mari Shima. A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski: implicações e contribuições para psicologia e a educação atuais. 2007. 386 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara, 2007.

BORGES, Hélio; MARTINS, André. Migração e sofrimento psíquico do trabalhador da construção civil: uma leitura psicanalítica. Physis: Rev. Saúde Coletiva, 2004, Rio de Janeiro, 14(1): 129-146.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. Psicologia e Sociedade, 2007. Edição especial 1: 103-111.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Trad. Valtensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMÉZ, Carlos. Dispositivos de transformação do sofrimento em adoecimento numa empresa. Psicologia em Estudo, 2007, Maringá, vol.12, n3, p.465-473.

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para serviço da saúde: doenças relacionadas ao trabalho. Série A – Normas e manuais técnicos, n. 114. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre alienação e estranhamento nos Manuscritos econômicos-filosóficos (1844) de Karl Marx. Educação e Filosofia, v. 8, n. 16, p. 23-33, 1994.

DUARTE, Newton. A individualidade para-si: contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

DUARTE, Newton. Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

ELIAS, Marisa Aparecida; NAVARRO, Vera Lúcia. A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. Rev. Latino-am Enfermagem, 2006 julho-agosto; 14(4):517-25.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SILVA, Rosane Gumiero Dias. A crise da psicologia e questões metodológicas da escola de Vygotsky. Psicologia em Estudo, Maringá, v.3, n.2, p. 113-138, jul/dez, 1998.

FREITAS, Sylvia Mara Pires. A psicologia no contexto do trabalho: uma análise dos saberes e fazeres. Dissertação (Mestrado) PUC-OS. Porto Alegre, 2002.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JAQUES, Maria da Graça. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & Trabalho. Psicol. Soc. 2003, vol.15,n.1,pp.97-116. ISSN 0102-7182. doi: 10.1590/S0102-71822003000100006.

KLEIN, Lígia Regina. Trabalho, educação e linguagem. Revista Educar, Edição Especial, p. 15-42. Editora UFPR: Curitiba, 2003.

KLEIN, Lígia Regina; KLEIN, Bianca. Considerações críticas às noções de habilidade e competência, reivindicadas em propostas curriculares contemporâneas: **relações entre trabalho, direito e educação**, 2008.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. Revista Latinoamericana de Salud, v.2, p. 7-25. Trad. E. D. Nunes. México, 1982.

LEONTIEV, Aléxis N. O desenvolvimento do psiquismo. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LURIA, Alexander R. Curso de psicologia geral: linguagem e pensamento. vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARTINS, Lígia Márcia. A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

MARTINS, Lígia Márcia. A natureza histórico-social da personalidade. Caderno CEDES, Campinas, SP, v. 24, n. 62, p. 82-99, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 2. ed. v.4. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os economistas).

MARX, Karl. Contribuição a crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. v.I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008b.

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. [1859] Marxists Internet Archive, mar. 2007. Disponível em: <[http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio\\_crit\\_eco\\_pol.htm](http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio_crit_eco_pol.htm)> Acesso em: 13 ago. 2008[c].

MÉSZÁROS, Istvan. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; LAPIS, Naira Lima. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. Psicologia & Sociedade; 19 (1): 61-68, jan/abr. 2007.

MORRONE, Carla Faria. "Só pra não ficar desempregado" – ressignificando o sofrimento psíquico no trabalho: estudos com trabalhadores em atividade informais. 2001. 141 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2001.

NAVARRO, Vera Lúcia. O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. São Paulo em Perspectiva, 17 (2): 32-41, 2003.

NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 14-20, 2007.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, Ângelo Antonio, SILVA, Nilma Renildes da e MARTINS, Sueli Teresinha Ferreira (orgs.). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SALIM, Celso Amorim. Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero. *São Paulo em Perspectiva*, 17(1): 11-24, 2003.

SCHÜLI, Vitor Marcel. Cronicidade e reabilitação na reforma psiquiátrica brasileira. *Monografia de especialização*. PUC-PR, Curitiba. Não publicada, 2008.

TULESKI, Silvana Calvo. Reflexões sobre a gênese da Psicologia científica. In: DUARTE, Newton (org). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VASCONCELOS, Amanda; FARIA, José Henrique. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. *Psicologia & Sociedade*, [online]. v.20, n.3, p.453-464, 2008.. ISSN . doi: 10.1590/S0102-71822008000300016.

VIGOTSKY, L. S; LURIA, Alexander, R. *Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

VIGOSTKI, Lev Semenovitch. A transformação socialista do homem. s/d. Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/cont/subjetividade\\_vigotski.doc](http://www.pstu.org.br/cont/subjetividade_vigotski.doc)> Acesso em: 04/11/09. (Trabalho original de 1930).

VIGOTSKI, Liev Semiónovich. Teoria e método em psicologia. Trad. Claudia Beliner. – 3ª. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ZANELLI, J. C; BORGES-ANDRADE, J. E; BASTOS, A. V. B. (Eds). *Psicologia, organizações e trabalho*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2004.

